

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO – FUNPRESP-EXE
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM
CARGOS DE ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
EDITAL Nº 3 – FUNPRESP-EXE, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021**

O Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe torna pública a **retificação** do tópico de **Previdência Complementar** dos conhecimentos básicos para todos os cargos, constantes do subitem **15.2.1.1** do Edital nº 1 – Funpresp-Exe, de 20 de outubro de 2021, e suas alterações, conforme a seguir especificado.

[...]

15.2.1.1 CONHECIMENTOS BÁSICOS

[...]

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: [...] 8 Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 13/2004 e suas alterações. 9 Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 40/2021 e suas alterações. 10 Emenda Constitucional nº 103/2019.

[...]

RICARDO PENA PINHEIRO

Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público
Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO – FUNPRESP-EXE
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM
CARGOS DE ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
EDITAL Nº 2 – FUNPRESP-EXE, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021**

O Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe torna pública **retificação** do tópico de Direito, Legislação e Normas dos conhecimentos específicos para o **Cargo 8: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Jurídica**, constantes do subitem **15.2.1.2** do Edital nº 1 – Funpresp-Exe, de 20 de outubro de 2021, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

[...]

15.2.1.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

[...]

**CARGO 8: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: JURÍDICA
DIREITO, LEGISLAÇÃO E NORMAS**

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. Direito administrativo como direito público. Objeto do direito administrativo. Conceito de Administração Pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 2 Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais. 3 Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. 4 Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. 5 Classificação dos órgãos e funções da Administração Pública. 6 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. 7 Ausência de competência: agente de fato. 8 Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. 9 Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração Pública direta e indireta. 10 Funpresp-Exe: natureza jurídica e sujeição às normas de direito público. 11 Concentração e desconcentração de competência. 12 Fatos da Administração Pública: atos da Administração Pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. 13 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 14 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 15 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 16 Atos administrativos gerais e individuais. 17 Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 18 Ato administrativo inexistente. Teoria das nulidades no direito administrativo. 19 Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. 20 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 21 Licitações, contratos e convênios. Fundamento constitucional. Conceito e modalidades. O regime de licitações e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades e tipos de licitação: Lei nº 8.666/1993 e alterações. Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). Sistema de Registro de Preços. Planejamento de contratações e execução dos contratos: Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017; Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2019; Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 40/2020; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Contratos administrativos: conceito e características. Invalidação. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos. Orientações Normativas do Advogado-Geral da União. 22 Poder Regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art. 84 da CF/1988 quanto aos limites do poder regulamentar. 23 Controle interno e externo da Administração Pública. 24 Sistemas de controle jurisdicional da Administração Pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 25 Tribunal de Contas da União e suas atribuições. Jurisprudência e Súmulas. 26 Agentes públicos: servidor público e empregado público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. 27

Servidor efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório. Servidor ocupante de cargo em comissão. 28 Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 29 Lei nº 8.112/1990 e alterações. 30 Improbidade administrativa. 31 Conflito de interesses (Lei nº 12.813/2013). 32 Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira. 33 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 34 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. 35 Regime previdenciário do servidor estatutário. Normas e princípios constitucionais. As regras de transição. O sistema de previdência complementar. 36 Processo administrativo federal: Lei nº 9.784/1999. 37 Advocacia Pública Consultiva. Hipóteses de manifestação obrigatória. Aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas, e do administrador público, quando age em acordo, e quando age em desacordo com tais manifestações. 38 Direito de acesso à informação – Lei de Acesso à Informação.

DIREITO CIVIL: 1 Aplicação da lei no tempo e no espaço. 2 Interpretação e integração da lei. 3 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB. 4 Pessoas naturais e jurídicas: capacidade; começo da personalidade e da existência legal; extinção; domicílio. 5 Fato jurídico *stricto sensu*. 6 Ato jurídico em sentido estrito. 7 Negócio jurídico: elementos essenciais gerais e particulares; elementos acidentais; defeitos; forma e prova; nulidade e anulabilidade. 8 Ato ilícito. 9 Prescrição e decadência. 10 Obrigações: modalidades; modos de extinção (pagamento direto e pagamento indireto); extinção da obrigação sem pagamento; execução forçada por intermédio do Poder Judiciário; consequências da inexecução da obrigação por fato imputável ao devedor (mora, perda e danos e cláusula penal); transmissão (cessão de crédito, cessão de débito e cessão do contrato). 11 Contratos em geral: requisitos de validade, princípios, formação, classificação; efeitos em relação a terceiros; efeitos particulares (direito de retenção, *exceptio nom adimpleti contractus*, vícios redibitórios, evicção e arras; extinção da relação contratual. 12 Obrigações por ato ilícito. 13 Responsabilidade civil: conceito, pressupostos, espécies e efeitos. 14 Registros públicos. 15 Marco Civil da Internet. 16 Lei Geral de Proteção de Dados. 17. Direito sucessório – inventário e partilha.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 História Constitucional do Brasil. 2 Constituição: conceito e classificação. 3 Constitucionalismo. Espécies; Constitucionalismo Social. Constitucionalismo do Futuro. Constitucionalismo Transnacional. Transconstitucionalismo. Neoconstitucionalismo. 4 Normas constitucionais: classificação. 5 Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. 6 Disposições constitucionais transitórias. 7 Hermenêutica constitucional. 8 Princípios e regras jurídicas. Ponderação. Modelos e críticas. 9 Poder constituinte. 10 Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. Evolução histórica. 11 Inconstitucionalidade: normas constitucionais inconstitucionais. 12 Inconstitucionalidade por omissão. 13 Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. 14 Ação declaratória de constitucionalidade. 15 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 16 Direitos Políticos. Processo Eleitoral. Condições de elegibilidade e inelegibilidade. 17 Direitos e garantias individuais e coletivos. 18 Princípio da legalidade. 19 Princípio da isonomia. 20 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 21 Direitos sociais e sua efetivação. 22 O Direito à seguridade social na ordem constitucional e legal. Previdência Social. 23 Princípios constitucionais do trabalho. 24 Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência. 25 Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988. 26 Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. 27 Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. 28 Da União. 29 Estado-membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações. 30 Estado-membro: competência e autonomia. 31 Administração Pública: princípios constitucionais. 32 Servidores públicos: princípios constitucionais. 33 Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo; Tribunal de Contas da União. 34 Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado. 35 Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias. 36 Supremo Tribunal Federal: organização e competência. 37 Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. Justiça federal: organização e competência. 38 Justiça do trabalho: organização e competência. 39 Advocacia-Geral da União: representação judicial e

extrajudicial da União; consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; organização e funcionamento. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. 40 Limitações constitucionais do poder de tributar. 41 Ordem econômica e ordem financeira: princípios gerais. 42 Princípios constitucionais da ordem econômica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo. 2 Normas de direito processual civil. 2.1 Natureza jurídica, fontes e interpretação. 2.2 Direito processual intertemporal. 3 Jurisdição. 3.1 Conceito, características, princípios, limites e espécies. 3.2 Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação), arbitragem e tribunais administrativos. 4 Competência. 4.1 Critérios de determinação e de modificação. 4.2 Competência originária dos Tribunais Superiores. 4.3 Competência absoluta e competência relativa. 4.4 Conflitos de competência e de atribuição. 4.5 Conexão e continência. 5 Ação. 5.1 Teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. 5.2 Direito subjetivo. 5.3 Pretensão. 5.4 Ação de direito material e de direito processual. 5.5 Direito de ação na perspectiva constitucional. 5.6 Direito à adequada tutela jurisdicional. 6 Sujeitos do processo. 6.1 Partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. 6.2 Litisconsórcio. 6.3 Assistência. 6.4 Intervenção de terceiros típica e atípica. 7 Processo 7.1 Pressupostos processuais e atos processuais, forma, tempo e lugar dos atos processuais. 7.2 Atos processuais eletrônicos. 7.3 Prazos. 7.4 Comunicação dos atos processuais. 7.5 Citação. 7.6 Cartas. 7.7 Intimação. 7.8 Teoria das invalidades processuais. 7.9 Nulidades. 7.10 Preclusão. 7.11 Distribuição e registro. 7.12 Valor da causa. 8 Tutela provisória. 8.1 Tutela de urgência e tutela evidência. 8.2 Tutela antecedente e tutela incidente. 8.3 Estabilização da tutela provisória. 9 Formação, suspensão e extinção do processo. 9.1 Procedimento comum. 9.2 Petição inicial. 9.3 Indeferimento da petição inicial. 9.4 Improcedência liminar do pedido. 9.5 Conversão da ação individual em ação coletiva. 9.6 Audiência de conciliação. 9.7 Audiência de mediação. 9.8 Respostas do réu. 9.9 Revelia. 9.10 Providências preliminares e saneamento. 9.11 Julgamento conforme o estado do processo. 9.12 Audiência de instrução e de julgamento. 10 Provas. 10.1 Objeto, fonte e meios. 10.2 Admissibilidade. 10.3 Provas típicas e atípicas. 10.4 Provas ilícitas. 10.5 Ônus da prova. 10.6 Provas em espécie e sua produção. 10.7 Fatos que independem de prova. 10.8 Exame da prova e sua valoração. 11 Sentença 11.1 Conteúdo, vícios, efeitos e modalidades. 11.2 Liquidação de sentença. 11.3 Coisa Julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e classificações. 11.4 Limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. 11.5 Relativização da coisa julgada. 12 Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas. 13 Cumprimento de sentença. 13.1 Classificação. 13.2 Pressupostos. 13.3 Cumprimento da sentença que reconheça a obrigação de pagar quantia certa, de fazer, de não fazer e de entregar coisa. 13.4 Defesas do devedor e de terceiros nos pedidos de cumprimento de sentença. 14 Execução. 14.1 Teoria geral. 14.2 Princípios que norteiam o processo de execução. 14.3 Execução em geral. 14.4 Pressupostos do processo de execução. 14.5 Características dos títulos executivos. 14.6 Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. 14.7 Execução definitiva e execução provisória. 14.8 Legitimidade ativa e passiva no processo de execução. 14.9 Competência. 14.10 Responsabilidade patrimonial. 14.11 Das diversas espécies de execução. 14.12 Da suspensão e da extinção da execução. 14.13 Defesas do devedor e de terceiros na execução. 14.14 Exceção de pré-executividade. 14.15 Embargos do devedor. 15 Processos nos tribunais. 15.1 Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais. 15.2 Incidente de assunção de competência. 15.3 Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 15.4 Conflito de competência. 15.5 Ação rescisória. 15.6 Incidente de resolução de demandas repetitivas. 15.7 Reclamação. 16 Recursos e meios de impugnação das decisões judiciais. 16.1 Teoria geral dos recursos. 16.2 Admissibilidade e efeitos. 16.3 Princípios. 16.4 Apelação. 16.5 Agravo de instrumento. 16.6 Embargos de declaração. 16.7 Embargos de divergência. 16.8 Agravo interno. 16.9 Mandado de segurança contra ato judicial. 16.10 Recursos nos tribunais superiores. 16.11 Recurso ordinário. 16.12 Recurso especial. 16.13 Recurso extraordinário. 16.14 Do julgamento dos recursos especial e extraordinários repetitivos. 16.15 Temas de repercussão geral e recursos repetitivos. 16.16 Súmula. 16.17 Súmula vinculante. 16.18 Precedentes: teoria geral, *distinguishing* e *overruling*. 16.19 Pedidos de suspensão de liminares e

sentenças. 17 Juizados especiais cíveis: procedimentos, princípios, normas, especificidades e enunciados. 18 Mandado de segurança individual e coletivo. 19 Microssistema da tutela dos direitos coletivos. 19.1 Teoria geral do processo civil coletivo. 19.2 Princípios gerais do processo civil coletivo. 19.3 Entes e instituições legitimadas. 19.4 Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 20 Processo eletrônico. 20.1 Normas e especificidades. 20.2 Comunicação e prazos dos atos processuais eletrônicos.

DIREITO DO TRABALHO: 1 Direito do trabalho. Conceito. Fontes: classificação, hierarquia e solução de conflitos. Princípios do direito do trabalho. 2 Renúncia e transação no direito do trabalho. Comissões de conciliação prévia. 3 Relação de trabalho. Relação de emprego. Distinção. 4 Sujeitos da relação de emprego. Empregado. Espécies. Distinção dos demais trabalhadores (eventual, autônomo, de empreitada). Empregador. Responsabilidade solidária e subsidiária. Desconsideração da personalidade jurídica. 5 Contrato individual do trabalho: conceito, elementos e modalidades. 6 Remuneração e salário. Conceito. Componentes do salário. Modalidades. Parcelas não salariais. 13º salário. Participação nos lucros e resultados. Equiparação salarial. 7 Alteração do contrato de trabalho. Efeitos. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8 Paralisação temporária ou definitiva do trabalho em decorrência do *factum principis*. 9 Força maior no direito do trabalho. 10 Extinção do contrato de trabalho. Espécies. Justas causas de despedida do empregado. Culpa recíproca. Despedida indireta. Dispensa arbitrária. Direitos do empregado decorrentes da extinção. Aviso prévio. Programas de demissão voluntária. 11 FGTS. 12 Estabilidade. Garantia no emprego. Despedida do empregado estável. Reintegração, readmissão e indenização. 13 Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalos. Trabalho extraordinário e trabalho noturno. Sistemas de prorrogação e compensação de horas. Trabalho em regime de tempo parcial. Adicionais. 14 Férias. Direitos do empregado, épocas de concessão e remuneração. 15 Descanso semanal remunerado. 16 Direito coletivo. Organizações sindicais: Acordos e convenções coletivas de trabalho. Mediação e arbitragem. Direito de greve.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: 1 Fontes. Princípios. O *jus postulandi*. 2 Justiça do Trabalho. Organização. Competência. 3 Processo do trabalho. Atos processuais. Formas de comunicação dos atos processuais. Procedimentos. Nulidades no processo do trabalho. Decisões judiciais. Termo de conciliação e sua eficácia. 4 Recursos no processo do trabalho: princípios gerais, prazos, pressupostos, requisitos e efeitos. Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no Tribunal Superior do Trabalho e embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso adesivo. 5 Liquidação de sentença. Execução provisória e definitiva no processo trabalhista. Meios de defesa. 6 Execução das contribuições sociais na Justiça do Trabalho. Competência. Legitimidade. Procedimento. 7 Ação rescisória no processo do trabalho.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1 Seguridade social: origem e evolução legislativa no Brasil; conceito; organização e princípios constitucionais. 2 Previdência privada versus previdência pública. 3 Fundos de pensão. 4 Regime de Previdência Complementar Federal: 4.1 Funpresp-Exe: posição em relação à seguridade social oficial; natureza jurídica e interpretação conferida pelo Tribunal de Contas da União; órgãos e entidades patrocinadores; competências do Ministério da Economia e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar; ingresso no serviço público: RE1050597 (Repercussão geral); Adesão automática e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5502. 5 Emenda Constitucional nº 20/1998; Lei Complementar nº 108/2001; Lei Complementar nº 109/2001; Emenda Constitucional nº 41/2003; Decreto nº 4.942/2003; Lei nº 12.618/2012; Decreto nº 7.808/2012; Projeto de Lei nº 6.088/2016; Resolução CMN nº 4.661/2018; Emenda Constitucional nº 103/2019.

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 O Estado e o poder de tributar. 2 Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. 3 Norma tributária: espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; natureza. 4 Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5 Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento; revisão, suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito. 6 Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade

pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. 7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Imunidades. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. 9 Lei nº 5.143/1966; Lei Complementar nº 87/1996; Lei nº 9.715/1998; Lei nº 9.718/1998; Lei Complementar nº 116/2003; Lei nº 10.833/2033; Lei Complementar nº 118/2005; Decreto nº 6.306/2007; Decreto nº 6.573/2008.

[...]

RICARDO PENA PINHEIRO

Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público
Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO – FUNPRESP-EXE
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM
CARGOS DE ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
EDITAL Nº 2 – FUNPRESP-EXE, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021**

O Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe torna pública **retificação** do tópico de Direito, Legislação e Normas dos conhecimentos específicos para o **Cargo 8: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Jurídica**, constantes do subitem **15.2.1.2** do Edital nº 1 – Funpresp-Exe, de 20 de outubro de 2021, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

[...]

15.2.1.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

[...]

**CARGO 8: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: JURÍDICA
DIREITO, LEGISLAÇÃO E NORMAS**

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. Direito administrativo como direito público. Objeto do direito administrativo. Conceito de Administração Pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 2 Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais. 3 Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. 4 Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. 5 Classificação dos órgãos e funções da Administração Pública. 6 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. 7 Ausência de competência: agente de fato. 8 Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. 9 Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração Pública direta e indireta. 10 Funpresp-Exe: natureza jurídica e sujeição às normas de direito público. 11 Concentração e desconcentração de competência. 12 Fatos da Administração Pública: atos da Administração Pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. 13 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 14 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 15 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 16 Atos administrativos gerais e individuais. 17 Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 18 Ato administrativo inexistente. Teoria das nulidades no direito administrativo. 19 Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. 20 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 21 Licitações, contratos e convênios. Fundamento constitucional. Conceito e modalidades. O regime de licitações e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades e tipos de licitação: Lei nº 8.666/1993 e alterações. Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). Sistema de Registro de Preços. Planejamento de contratações e execução dos contratos: Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017; Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2019; Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 40/2020; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Contratos administrativos: conceito e características. Invalidação. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos. Orientações Normativas do Advogado-Geral da União. 22 Poder Regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art. 84 da CF/1988 quanto aos limites do poder regulamentar. 23 Controle interno e externo da Administração Pública. 24 Sistemas de controle jurisdicional da Administração Pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 25 Tribunal de Contas da União e suas atribuições. Jurisprudência e Súmulas. 26 Agentes públicos: servidor público e empregado público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. 27

Servidor efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório. Servidor ocupante de cargo em comissão. 28 Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 29 Lei nº 8.112/1990 e alterações. 30 Improbidade administrativa. 31 Conflito de interesses (Lei nº 12.813/2013). 32 Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira. 33 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 34 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. 35 Regime previdenciário do servidor estatutário. Normas e princípios constitucionais. As regras de transição. O sistema de previdência complementar. 36 Processo administrativo federal: Lei nº 9.784/1999. 37 Advocacia Pública Consultiva. Hipóteses de manifestação obrigatória. Aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas, e do administrador público, quando age em acordo, e quando age em desacordo com tais manifestações. 38 Direito de acesso à informação – Lei de Acesso à Informação.

DIREITO CIVIL: 1 Aplicação da lei no tempo e no espaço. 2 Interpretação e integração da lei. 3 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB. 4 Pessoas naturais e jurídicas: capacidade; começo da personalidade e da existência legal; extinção; domicílio. 5 Fato jurídico *stricto sensu*. 6 Ato jurídico em sentido estrito. 7 Negócio jurídico: elementos essenciais gerais e particulares; elementos acidentais; defeitos; forma e prova; nulidade e anulabilidade. 8 Ato ilícito. 9 Prescrição e decadência. 10 Obrigações: modalidades; modos de extinção (pagamento direto e pagamento indireto); extinção da obrigação sem pagamento; execução forçada por intermédio do Poder Judiciário; consequências da inexecução da obrigação por fato imputável ao devedor (mora, perda e danos e cláusula penal); transmissão (cessão de crédito, cessão de débito e cessão do contrato). 11 Contratos em geral: requisitos de validade, princípios, formação, classificação; efeitos em relação a terceiros; efeitos particulares (direito de retenção, *exceptio nom adimpleti contractus*, vícios redibitórios, evicção e arras; extinção da relação contratual. 12 Obrigações por ato ilícito. 13 Responsabilidade civil: conceito, pressupostos, espécies e efeitos. 14 Registros públicos. 15 Marco Civil da Internet. 16 Lei Geral de Proteção de Dados. 17. Direito sucessório – inventário e partilha.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 História Constitucional do Brasil. 2 Constituição: conceito e classificação. 3 Constitucionalismo. Espécies; Constitucionalismo Social. Constitucionalismo do Futuro. Constitucionalismo Transnacional. Transconstitucionalismo. Neoconstitucionalismo. 4 Normas constitucionais: classificação. 5 Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. 6 Disposições constitucionais transitórias. 7 Hermenêutica constitucional. 8 Princípios e regras jurídicas. Ponderação. Modelos e críticas. 9 Poder constituinte. 10 Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. Evolução histórica. 11 Inconstitucionalidade: normas constitucionais inconstitucionais. 12 Inconstitucionalidade por omissão. 13 Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. 14 Ação declaratória de constitucionalidade. 15 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 16 Direitos Políticos. Processo Eleitoral. Condições de elegibilidade e inelegibilidade. 17 Direitos e garantias individuais e coletivos. 18 Princípio da legalidade. 19 Princípio da isonomia. 20 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 21 Direitos sociais e sua efetivação. 22 O Direito à seguridade social na ordem constitucional e legal. Previdência Social. 23 Princípios constitucionais do trabalho. 24 Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência. 25 Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988. 26 Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. 27 Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. 28 Da União. 29 Estado-membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações. 30 Estado-membro: competência e autonomia. 31 Administração Pública: princípios constitucionais. 32 Servidores públicos: princípios constitucionais. 33 Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo; Tribunal de Contas da União. 34 Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado. 35 Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias. 36 Supremo Tribunal Federal: organização e competência. 37 Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. Justiça federal: organização e competência. 38 Justiça do trabalho: organização e competência. 39 Advocacia-Geral da União: representação judicial e

extrajudicial da União; consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; organização e funcionamento. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. 40 Limitações constitucionais do poder de tributar. 41 Ordem econômica e ordem financeira: princípios gerais. 42 Princípios constitucionais da ordem econômica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo. 2 Normas de direito processual civil. 2.1 Natureza jurídica, fontes e interpretação. 2.2 Direito processual intertemporal. 3 Jurisdição. 3.1 Conceito, características, princípios, limites e espécies. 3.2 Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação), arbitragem e tribunais administrativos. 4 Competência. 4.1 Critérios de determinação e de modificação. 4.2 Competência originária dos Tribunais Superiores. 4.3 Competência absoluta e competência relativa. 4.4 Conflitos de competência e de atribuição. 4.5 Conexão e continência. 5 Ação. 5.1 Teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. 5.2 Direito subjetivo. 5.3 Pretensão. 5.4 Ação de direito material e de direito processual. 5.5 Direito de ação na perspectiva constitucional. 5.6 Direito à adequada tutela jurisdicional. 6 Sujeitos do processo. 6.1 Partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. 6.2 Litisconsórcio. 6.3 Assistência. 6.4 Intervenção de terceiros típica e atípica. 7 Processo 7.1 Pressupostos processuais e atos processuais, forma, tempo e lugar dos atos processuais. 7.2 Atos processuais eletrônicos. 7.3 Prazos. 7.4 Comunicação dos atos processuais. 7.5 Citação. 7.6 Cartas. 7.7 Intimação. 7.8 Teoria das invalidades processuais. 7.9 Nulidades. 7.10 Preclusão. 7.11 Distribuição e registro. 7.12 Valor da causa. 8 Tutela provisória. 8.1 Tutela de urgência e tutela evidência. 8.2 Tutela antecedente e tutela incidente. 8.3 Estabilização da tutela provisória. 9 Formação, suspensão e extinção do processo. 9.1 Procedimento comum. 9.2 Petição inicial. 9.3 Indeferimento da petição inicial. 9.4 Improcedência liminar do pedido. 9.5 Conversão da ação individual em ação coletiva. 9.6 Audiência de conciliação. 9.7 Audiência de mediação. 9.8 Respostas do réu. 9.9 Revelia. 9.10 Providências preliminares e saneamento. 9.11 Julgamento conforme o estado do processo. 9.12 Audiência de instrução e de julgamento. 10 Provas. 10.1 Objeto, fonte e meios. 10.2 Admissibilidade. 10.3 Provas típicas e atípicas. 10.4 Provas ilícitas. 10.5 Ônus da prova. 10.6 Provas em espécie e sua produção. 10.7 Fatos que independem de prova. 10.8 Exame da prova e sua valoração. 11 Sentença 11.1 Conteúdo, vícios, efeitos e modalidades. 11.2 Liquidação de sentença. 11.3 Coisa Julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e classificações. 11.4 Limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. 11.5 Relativização da coisa julgada. 12 Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas. 13 Cumprimento de sentença. 13.1 Classificação. 13.2 Pressupostos. 13.3 Cumprimento da sentença que reconheça a obrigação de pagar quantia certa, de fazer, de não fazer e de entregar coisa. 13.4 Defesas do devedor e de terceiros nos pedidos de cumprimento de sentença. 14 Execução. 14.1 Teoria geral. 14.2 Princípios que norteiam o processo de execução. 14.3 Execução em geral. 14.4 Pressupostos do processo de execução. 14.5 Características dos títulos executivos. 14.6 Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. 14.7 Execução definitiva e execução provisória. 14.8 Legitimidade ativa e passiva no processo de execução. 14.9 Competência. 14.10 Responsabilidade patrimonial. 14.11 Das diversas espécies de execução. 14.12 Da suspensão e da extinção da execução. 14.13 Defesas do devedor e de terceiros na execução. 14.14 Exceção de pré-executividade. 14.15 Embargos do devedor. 15 Processos nos tribunais. 15.1 Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais. 15.2 Incidente de assunção de competência. 15.3 Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 15.4 Conflito de competência. 15.5 Ação rescisória. 15.6 Incidente de resolução de demandas repetitivas. 15.7 Reclamação. 16 Recursos e meios de impugnação das decisões judiciais. 16.1 Teoria geral dos recursos. 16.2 Admissibilidade e efeitos. 16.3 Princípios. 16.4 Apelação. 16.5 Agravo de instrumento. 16.6 Embargos de declaração. 16.7 Embargos de divergência. 16.8 Agravo interno. 16.9 Mandado de segurança contra ato judicial. 16.10 Recursos nos tribunais superiores. 16.11 Recurso ordinário. 16.12 Recurso especial. 16.13 Recurso extraordinário. 16.14 Do julgamento dos recursos especial e extraordinários repetitivos. 16.15 Temas de repercussão geral e recursos repetitivos. 16.16 Súmula. 16.17 Súmula vinculante. 16.18 Precedentes: teoria geral, *distinguishing* e *overruling*. 16.19 Pedidos de suspensão de liminares e

sentenças. 17 Juizados especiais cíveis: procedimentos, princípios, normas, especificidades e enunciados. 18 Mandado de segurança individual e coletivo. 19 Microssistema da tutela dos direitos coletivos. 19.1 Teoria geral do processo civil coletivo. 19.2 Princípios gerais do processo civil coletivo. 19.3 Entes e instituições legitimadas. 19.4 Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 20 Processo eletrônico. 20.1 Normas e especificidades. 20.2 Comunicação e prazos dos atos processuais eletrônicos.

DIREITO DO TRABALHO: 1 Direito do trabalho. Conceito. Fontes: classificação, hierarquia e solução de conflitos. Princípios do direito do trabalho. 2 Renúncia e transação no direito do trabalho. Comissões de conciliação prévia. 3 Relação de trabalho. Relação de emprego. Distinção. 4 Sujeitos da relação de emprego. Empregado. Espécies. Distinção dos demais trabalhadores (eventual, autônomo, de empreitada). Empregador. Responsabilidade solidária e subsidiária. Desconsideração da personalidade jurídica. 5 Contrato individual do trabalho: conceito, elementos e modalidades. 6 Remuneração e salário. Conceito. Componentes do salário. Modalidades. Parcelas não salariais. 13º salário. Participação nos lucros e resultados. Equiparação salarial. 7 Alteração do contrato de trabalho. Efeitos. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8 Paralisação temporária ou definitiva do trabalho em decorrência do *factum principis*. 9 Força maior no direito do trabalho. 10 Extinção do contrato de trabalho. Espécies. Justas causas de despedida do empregado. Culpa recíproca. Despedida indireta. Dispensa arbitrária. Direitos do empregado decorrentes da extinção. Aviso prévio. Programas de demissão voluntária. 11 FGTS. 12 Estabilidade. Garantia no emprego. Despedida do empregado estável. Reintegração, readmissão e indenização. 13 Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalos. Trabalho extraordinário e trabalho noturno. Sistemas de prorrogação e compensação de horas. Trabalho em regime de tempo parcial. Adicionais. 14 Férias. Direitos do empregado, épocas de concessão e remuneração. 15 Descanso semanal remunerado. 16 Direito coletivo. Organizações sindicais: Acordos e convenções coletivas de trabalho. Mediação e arbitragem. Direito de greve.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: 1 Fontes. Princípios. O *jus postulandi*. 2 Justiça do Trabalho. Organização. Competência. 3 Processo do trabalho. Atos processuais. Formas de comunicação dos atos processuais. Procedimentos. Nulidades no processo do trabalho. Decisões judiciais. Termo de conciliação e sua eficácia. 4 Recursos no processo do trabalho: princípios gerais, prazos, pressupostos, requisitos e efeitos. Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no Tribunal Superior do Trabalho e embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso adesivo. 5 Liquidação de sentença. Execução provisória e definitiva no processo trabalhista. Meios de defesa. 6 Execução das contribuições sociais na Justiça do Trabalho. Competência. Legitimidade. Procedimento. 7 Ação rescisória no processo do trabalho.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1 Seguridade social: origem e evolução legislativa no Brasil; conceito; organização e princípios constitucionais. 2 Previdência privada versus previdência pública. 3 Fundos de pensão. 4 Regime de Previdência Complementar Federal: 4.1 Funpresp-Exe: posição em relação à seguridade social oficial; natureza jurídica e interpretação conferida pelo Tribunal de Contas da União; órgãos e entidades patrocinadores; competências do Ministério da Economia e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar; ingresso no serviço público: RE1050597 (Repercussão geral); Adesão automática e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5502. 5 Emenda Constitucional nº 20/1998; Lei Complementar nº 108/2001; Lei Complementar nº 109/2001; Emenda Constitucional nº 41/2003; Decreto nº 4.942/2003; Lei nº 12.618/2012; Decreto nº 7.808/2012; Projeto de Lei nº 6.088/2016; Resolução CMN nº 4.661/2018; Emenda Constitucional nº 103/2019.

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 O Estado e o poder de tributar. 2 Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. 3 Norma tributária: espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; natureza. 4 Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5 Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento; revisão, suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito. 6 Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade

pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. 7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Imunidades. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. 9 Lei nº 5.143/1966; Lei Complementar nº 87/1996; Lei nº 9.715/1998; Lei nº 9.718/1998; Lei Complementar nº 116/2003; Lei nº 10.833/2033; Lei Complementar nº 118/2005; Decreto nº 6.306/2007; Decreto nº 6.573/2008.

[...]

RICARDO PENA PINHEIRO

Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público
Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO – FUNPRESP-EXE
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM
CARGOS DE ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
EDITAL Nº 1 – FUNPRESP-EXE, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021**

O Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, no Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012, e no uso das competências conferidas pelo Estatuto da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, torna pública a realização de concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva em cargos de Analista de Previdência Complementar, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público será regido por este edital e executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe).

1.2 A seleção para todos os cargos de que trata este edital compreenderá as seguintes fases, todas de responsabilidade do Cebraspe:

- a) provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório; e
- c) avaliação de títulos, de caráter classificatório.

1.3 As provas objetivas, a prova discursiva, a avaliação de títulos, para todos os candidatos, a avaliação biopsicossocial dos candidatos que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros serão realizados em Brasília/DF.

1.3.1 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados na localidade de realização das provas, estas poderão ser realizadas em outras localidades.

1.3.2 Os candidatos arcarão com todas as despesas advindas de seus deslocamentos, obrigatórios ou voluntários, referentes à sua participação no certame.

1.4 Os candidatos contratados estarão subordinados à Constituição Federal, à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, aos normativos internos, à legislação complementar específica, aos preceitos contidos no Plano de Carreira de Analista de Previdência Complementar da Funpresp-Exe e às decisões que vierem a ser adotadas pela Fundação.

2 DOS CARGOS

CARGO 1: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ADMINISTRATIVA (LOGÍSTICA, RECURSOS HUMANOS E GOVERNANÇA)

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES:

Logística – executar atividades de aquisição de bens, serviços e contratações; logística, diárias e passagens e serviços gerais; interlocução com os fornecedores; administração e segurança da sede da Fundação; patrimônio; manutenção predial; gestão da documentação e arquivo.

Recursos Humanos – executar atividades de recrutamento e seleção, de avaliação de desempenho, de capacitação e desenvolvimento, de clima organizacional, de qualidade de vida no trabalho e de novos projetos de gestão de pessoas; executar atividades voltadas à definição da estrutura organizacional, à

elaboração de políticas de remuneração e planos de carreira, folha de pagamento, concessão de benefícios; administração do quadro de pessoal; registro e controle funcional; saúde e segurança no trabalho; orçamento de pessoal e relações trabalhistas e sindicais.

Governança – conduzir a organização da governança e do processo decisório da entidade; promover o fluxo de informações junto aos órgãos colegiados e as unidades organizacionais correlacionadas; gerenciar o planejamento estratégico; assessorar o Diretor-Presidente no exercício de suas funções; coordenar a organização dos trabalhos da Diretoria-Executiva; controlar a habilitação dos dirigentes da Fundação; controlar as alterações de regulamentos, estatuto, convênios de adesão e demais documentos institucionais junto aos órgãos competentes.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO 2: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ATUÁRIA

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Ciências Atuariais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: prestar informações e subsidiar as diversas áreas da fundação em assuntos correlatos à respectiva área de atuação; elaborar textos, notas técnicas, documentos administrativos e específicos, relatórios técnicos e apresentações da área de atuação; participar da elaboração do mapeamento, fluxos e normas internas dos processos da sua área de atuação; participar da elaboração e execução do plano de ação da área; realizar atividades relativas à gestão documental da área; participar das atividades de avaliações atuariais dos planos de benefícios da entidade, rotinas de cálculo de benefícios e provisões matemáticas, fiscalização dos contratos de seguros de riscos atuariais e seguro prestamista e acompanhamento da aderência e convergência das hipóteses e premissas demográficas, atuariais e financeiras presentes na modelagem dos planos de benefícios; e executar outras atividades de mesma natureza e complexidade que compõem as atribuições da área de atuação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO 3: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: AUDITORIA E CONTROLE

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Administração de Empresas, Contabilidade ou Economia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: planejar trabalhos de auditoria, avaliando os processos a serem auditados, identificando os riscos, construindo testes para avaliar o grau de eficácia da gestão dos riscos identificados; analisar relatórios, documentos contábeis, leis, regulamentos, normas e manuais internos; prestar contas ao Coordenador e ao Gerente de Auditoria sobre a evolução dos trabalhos de auditoria, discutindo, em conjunto, sobre os gargalos identificados, pontos positivos e condução do trabalho; propor métodos de trabalho para avaliação dos atos, fatos, processos e controles internos; apresentar subsídios para melhoria dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controle da Fundação; pesquisar, na literatura existente, na rede mundial de computadores e em outros canais, sobre as disciplinas que envolvem os processos de trabalho executados na Funpresp-Exe; escrever relatórios conclusivos das auditorias efetuadas; acompanhar e avaliar os processos operacionais das áreas da Funpresp-Exe; acompanhar a observância às normas legais e regulamentares, bem como aos normativos internos e às políticas; auxiliar no acompanhamento da execução do plano de controles internos e gestão de riscos da Funpresp-Exe, acompanhar e assegurar o cumprimento das políticas e procedimentos de controles internos e gestão de risco; acompanhar e avaliar o gerenciamento dos riscos e controles internos da Funpresp-Exe.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO 4: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: COMERCIAL

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: realizar atividades regulares de inteligência do mercado de previdência privada e financeiro; realizar estudos e pesquisas para identificar as oportunidades de captação, de adesão, de criação de novos produtos e verificar a aceitação daqueles já existentes; gerar *insights* e estratégia de atuação comercial a partir de análises de dados das bases de clientes e do mercado de previdência privada e financeiro; dar suporte à área de Desenvolvimento de Produtos com *insights* comerciais, informações de mercado e análises de perfil dos clientes; mapear o mercado nacional e *benchmarks* globais, incluindo portfólio de produtos, níveis de serviço, estratégia de posicionamento, modelos de negócio, estratégia de investimentos, promoções, dentre outros; traçar perfil e segmentar a carteira de clientes; acompanhar a gestão do CRM; acompanhar o operacional do processo de oferta dos planos e dos produtos; acompanhar as atividades dos consultores de todo o país, relacionadas ao atendimento prestado para a contratação dos planos de benefícios, das coberturas de riscos ou outros produtos; e acompanhar o atendimento prestado e promover treinamentos aos representantes comerciais para esclarecer dúvidas sobre os planos.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO 5: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: COMUNICAÇÃO E OUVIDORIA

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Comunicação Social, Jornalismo ou Marketing, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: executar as atividades relacionadas à comunicação e ao marketing; divulgar as ações e a marca da entidade; promover os planos de benefícios para todos os públicos de interesse; gerir o conteúdo e a identidade visual da entidade; promover a comunicação integrada em todos os meios; realizar atividades inerentes ao relacionamento e ao atendimento aos participantes, assistidos, patrocinadores e demais públicos da Funpresp-Exe; realizar atendimento de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias dos participantes, patrocinadores, integrantes da Funpresp-Exe e da sociedade como um todo.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO 6: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: CONTÁBIL

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Ciências Contábeis, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: executar as atividades de registro contábil e de elaboração das demonstrações contábeis; apurar a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); apurar a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (TAFIC); calcular as cotas dos planos de benefícios; desenvolver atividades de orçamento e prestar informações gerenciais de desempenho referente à situação financeira, patrimonial e econômica da entidade; elaborar e acompanhar orçamento; gerir fluxo de caixa de longo prazo do Plano de Gestão Administrativa; promover estudos, relatórios e reuniões junto às áreas com o objetivo de garantir a execução orçamentária na meta aprovada pelo Conselho Deliberativo; prover informações e relatórios de análise da evolução do fundo administrativo da entidade; desenvolver relatórios gerenciais de desempenho referente à execução orçamentária, situação financeira, patrimonial e econômica da entidade para a alta

administração; executar atividades de tesouraria da entidade; gerir fluxo de caixa de curto prazo; promover a liquidação de compromissos financeiros; identificar, registrar e liquidar créditos da Funpresp-Exe junto a terceiros.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO 7: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: INVESTIMENTOS

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Ciências Econômicas, Administração, Estatística, Ciência da Computação ou Engenharia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: atuar em atividades de prospecção, de análise, de planejamento e de pesquisa financeira e dos investimentos e dos desinvestimentos em títulos, valores mobiliários e outros direitos; elaborar as Políticas de Investimentos dos planos administrados, considerando as suas características atuariais e regulamentares, de planejamento e de operacionalização da estrutura de investimentos por meio de proposições de metodologias quantitativas; atuar em atividades de retaguarda, de conciliação e de monitoramento dos estoques e dos fluxos de ativos, de administração das informações recebidas dos prestadores de serviços de custódia e controladoria e dos administradores fiduciários, de monitoramento e atendimento às obrigações legais relacionadas aos investimentos dos planos e de transparência das informações relativas a carteira de investimentos dos planos administrados, observadas as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados e de divulgação de informações; atuar em atividades de gestão dos ativos que compõem as carteiras de investimentos dos planos administrados pela Fundação, de proposição e negociação de investimentos e de desinvestimentos de títulos, valores mobiliários, contratos de mútuo e outros direitos financeiros, observando as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO 8: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: JURÍDICA

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: representar os interesses da Fundação nas esferas judicial e extrajudicial; prestar consultoria e assessoramento jurídico aos Órgãos Colegiados, às Diretorias e às demais unidades organizacionais, em matérias de interesse e atuação da Fundação; executar as atividades de contencioso e de consultoria no âmbito da Gerência Jurídica, por meio da elaboração de peças, pareceres e notas jurídicas; monitorar o andamento processual; controlar e monitorar audiências e prazos judiciais.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO 9: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: PREVIDENCIÁRIA

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Ciências Econômicas, Administração, Contabilidade, Estatística, Atuária ou Matemática, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: realizar atividades relacionadas à concessão, ao controle de benefícios e institutos e à folha de pagamento de assistidos; realizar o processo de adesão de participantes; realizar a arrecadação e cobrança das contribuições dos participantes, assistidos e patrocinadores; promover o relacionamento com os patrocinadores decorrentes dessas atividades; realizar o cadastro dos patrocinadores, participantes, assistidos e beneficiários; desenvolver novos produtos e melhorar os

existentes, orientados ao participante; realizar estudos sobre comportamento e perfil dos participantes; acompanhar e estudar métodos e produtos inovadores.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO 10: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: TECNOLOGIA

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: auxiliar a gestão da área de TI, compreendendo seus serviços, projetos, contratos, processos e pessoas, visando à sustentação e à continuidade do negócio, em conformidade ao Plano Diretor de Tecnologia de Informação e melhores práticas de TI; planejar, monitorar e supervisionar as estratégias, projetos e ações de TI, de acordo com o planejamento estratégico da Fundação e com as necessidades das unidades organizacionais; auxiliar a gestão do atendimento de demandas das unidades organizacionais no que tange aos serviços, projetos e ações de TI; propor, implantar e supervisionar ações relativas à segurança da informação, compartilhamento de tecnologia e informação, práticas de governança de TI e integridade, integração e interoperabilidade de dados, informações e sistemas de TI; planejar, coordenar e executar os processos de aquisição e contratação de serviços e ativos de TI; monitorar os contratos de TI; manter o parque tecnológico adequado às exigências de processamento, segurança e continuidade do negócio.

REMUNERAÇÃO: R\$ 6.848,00 (seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais).

JORNADA DE TRABALHO: 40 (quarenta) horas semanais.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ser aprovado no concurso público.

3.2 Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal.

3.3 Estar em gozo dos direitos políticos.

3.4 Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.

3.5 Estar quite com as obrigações eleitorais.

3.6 Não possuir vínculo funcional de natureza pública ou desempenhar outra atividade remunerada que seja inacumulável ou incompatível com as atribuições do cargo e(ou) com o horário de trabalho na Funpresp-Exe.

3.7 Não ter sofrido condenação definitiva por crime ou contravenção nem penalidade disciplinar, ética ou previdenciária.

3.7.1 A comprovação do requisito previsto no subitem 3.7 deste edital se dará mediante a apresentação de:

- a) certidão dos setores de distribuição dos foros criminais das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral, Militar Federal e Militar Estadual dos lugares onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;
- b) folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos estados onde residiu nos últimos cinco anos; e
- c) declaração firmada pelo(a) candidato(a), sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal).

3.7.1.1 Somente serão aceitas certidões expedidas, no máximo, nos 90 dias anteriores à data de entrega fixada no edital de convocação e dentro do prazo de validade específico constante da certidão.

3.7.2 Caso tenha ocorrido condenação definitiva por crime ou contravenção ou imposição de penalidade disciplinar, ética ou previdenciária, o(a) candidato(a) deverá apresentar, na declaração de que trata a alínea “c” do subitem 3.7.1 deste edital, notícia clara e específica da respectiva ocorrência e os esclarecimentos pertinentes.

3.7.3 Após a análise da documentação mencionada no subitem 3.7.1 desde edital, a Funpresp-Exe poderá realizar diligências, no intuito de obter outros elementos informativos perante quem os possa fornecer,

inclusive convocando o próprio candidato para ser ouvido ou entrevistado, e assegurando, caso a caso, a tramitação reservada de suas atividades.

3.7.4 Caso venha a conhecimento da Funpresp-Exe fato ou circunstância, em princípio desfavorável à investidura no cargo, e seja necessário esclarecimento, o candidato será convocado para entrevista pessoal e seu comparecimento será obrigatório e às expensas do candidato.

3.7.5 Analisados os documentos e as situações a que se refere os subitens 3.7.1 e 3.7.2 deste edital e realizadas, se convenientes ou necessárias, as diligências previstas nos subitens 3.7.3 e 3.7.4 desde edital, a Funpresp-Exe manifestar-se-á, fundamentadamente, pela efetivação ou não da contratação.

3.8 Apresentar cópia legível, recente e em bom estado, do documento de identidade.

3.9 Ter idade mínima de 18 anos completos na data da contratação.

3.10 Apresentar diploma, devidamente registrado, ou certificado/declaração de conclusão de curso de nível superior, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, acompanhado de histórico escolar, em conformidade com a área de atuação para a qual foi o candidato aprovado.

3.11 Ter registro de inscrição no IBA ou na OAB, caso tenha sido aprovado para os Cargos 2 ou 8, respectivamente.

3.12 Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, na forma da lei, à época da convocação para a nomeação, inclusive o documento que comprove haver requerido a inscrição e logrado aprovação no Exame promovido pelo Conselho Federal da OAB, nos casos de incompatibilidade anterior para o exercício da advocacia, nos termos da Lei nº 8.906, de 4 de julho 1994.

3.13 Ter aptidão física para o exercício das atribuições do cargo.

3.14 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo/área de atuação por ocasião da contratação.

3.15 Cumprir as determinações deste edital e das leis que regem o presente concurso.

4 DAS VAGAS

Cargo/área de atuação	Total de vagas	Vagas para ampla concorrência	Vagas reservadas para candidatos com deficiência	Vagas reservadas para candidatos negros
Cargo 1: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Administrativa (Logística, Recursos Humanos e Governança)	4	3	*	1
Cargo 2: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Atuaría	2	2	*	**
Cargo 3: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Auditoria e Controle	5	3	1	1
Cargo 4: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Comercial	6	4	1	1

Cargo 5: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Comunicação e Ouvidoria	6	4	1	1
Cargo 6: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Contábil	2	2	*	**
Cargo 7: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Investimentos	12	9	1	2
Cargo 8: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Jurídica	3	2	*	1
Cargo 9: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Previdenciária	7	5	1	1
Cargo 10: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Tecnologia	6	4	1	1

(*) Não há vagas reservadas para pessoas com deficiência para provimento imediato em razão do quantitativo oferecido.

(**) Não há vagas reservadas para pessoas negras para provimento imediato em razão do quantitativo oferecido.

4.1 DA CONVOCAÇÃO PARA A NOMEAÇÃO

4.1.1 A convocação para nomeação dos candidatos aprovados será realizada por meio de edital publicado na página da Funpresp-Exe: <http://www.funpresp.com.br>.

4.1.2 A classificação obtida pelo candidato no concurso não gera para si o direito de escolher a unidade da estrutura da Funpresp-Exe a qual terá exercício, ficando condicionada à conveniência e oportunidade da entidade.

4.1.3 Todas as vagas terão lotação em Brasília, no Distrito Federal.

4.1.4 A convocação dos candidatos negros será efetuada da seguinte forma:

4.1.4.1 Será reservada ao candidato negro aprovado a 3ª (terceira) vaga disponível para nomeação. As reservas seguintes para provimento corresponderão à 8ª (oitava) vaga, 13ª (décima terceira) vaga, 18ª (décima oitava) vaga e assim sucessivamente, sempre de 5 (cinco) em 5 (cinco) vagas.

4.1.4.2 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

4.1.4.3 Na hipótese de não haver candidatos que se autodeclararam negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

4.1.5 A convocação dos candidatos com deficiência será efetuada da seguinte forma:

4.1.5.1 Será reservada ao candidato com deficiência aprovado a 5ª (quinta) vaga disponível para nomeação. As reservas seguintes corresponderão à 21ª (vigésima primeira) vaga, 41ª (quadragésima primeira) vaga, e assim sucessivamente, sempre de 20 (vinte) em 20 (vinte) vagas.

4.1.5.2 As vagas destinadas aos candidatos com deficiência que não forem providas por falta de candidatos com deficiência aprovados, serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

4.1.6 Caso ocorra a vacância de cargo preenchido por meio do concurso ou a nomeação seja tornada sem efeito, será convocado o próximo classificado integrante da mesma lista do candidato anteriormente nomeado.

5 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

5.1 Das vagas destinadas a cada cargo/área de atuação e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, no mínimo 5% serão providas na forma do art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

5.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por cargo/área de atuação.

5.1.2 O percentual mínimo de reserva será observado na hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e na formação de cadastro de reserva.

5.1.3 As vagas reservadas às pessoas com deficiência poderão ser ocupadas por candidatos sem deficiência na hipótese de não haver inscrição ou aprovação de candidatos com deficiência no concurso.

5.1.4 Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem no art. 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); e na Lei nº 14.126, de 21 de março de 2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009.

5.2 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, informar que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;

b) enviar, via *upload*, a imagem legível de parecer emitido nos últimos 12 meses anteriores à data de publicação deste edital por equipe multiprofissional e interdisciplinar formada por três profissionais, entre eles um médico. O parecer deve atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência. Deve, ainda, conter as assinaturas e os carimbos dos profissionais especializados com o número de suas inscrições nos respectivos conselhos fiscalizadores da profissão, conforme a sua especialidade, na forma do subitem 5.2.2 deste edital e de acordo com o modelo constante do Anexo II deste edital.

5.2.1 O parecer emitido por equipe multiprofissional e interdisciplinar observará:

a) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

c) a limitação no desempenho de atividades;

d) a restrição de participação no concurso.

5.2.2 O candidato com deficiência deverá enviar, **no período de inscrição estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, via *upload*, por meio de *link* específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, imagem legível do parecer a que se refere o subitem 5.2 deste edital. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Funpresp-Exe.

5.2.3 O envio da imagem legível do parecer é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada desse documento a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

5.2.3.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

5.2.4 O candidato deverá manter aos seus cuidados o original ou a cópia autenticada em cartório do documento constante do subitem 5.2 deste edital. Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar o referido documento por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

5.2.5 A imagem do parecer terá validade somente para este concurso público e não será devolvida, assim como não serão fornecidas cópias desse documento.

5.3 O candidato com deficiência poderá requerer, na forma do subitem 7.4.9 deste edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas e das demais fases, devendo indicar as condições de que necessita para a realização destas, conforme o previsto no inciso III do art. 3º e no art. 4º do Decreto nº 9.508/2018.

5.3.1 O candidato que se enquadrar na hipótese prevista no subitem 5.3 deste edital poderá solicitar atendimento especial unicamente para a condição estabelecida no seu parecer médico enviado conforme dispõe o subitem 5.2 deste edital.

5.3.1.1 Ressalvadas as disposições previstas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao conteúdo de provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do concurso.

5.4 O candidato que for considerado pessoa com deficiência, após a avaliação biopsicossocial, terá seu nome e a respectiva pontuação publicados em lista específica de classificação por cargo/área de atuação.

5.4.1 Em cada uma das fases do concurso, não serão computados, para efeito de preenchimento do percentual de vagas reservadas, os candidatos com deficiência classificados ou aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência, sendo que esses candidatos constarão tanto da lista dos aprovados dentro do número de vagas da ampla concorrência como também da lista dos aprovados para as vagas reservadas, em todas as fases do concurso.

5.5 A nomeação dos candidatos aprovados deverá obedecer à ordem de classificação, observados os critérios de alternância e de proporcionalidade entre a classificação da ampla concorrência e da reserva de vagas para as pessoas com deficiência, observado o percentual de reserva fixado no subitem 5.1 deste edital.

5.6 A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pelo próximo candidato com deficiência classificado, desde que haja candidato classificado nessa condição.

5.7 A relação provisória dos candidatos com a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, na **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.**

5.7.1 O candidato que desejar interpor recurso contra a relação provisória dos candidatos com a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá observar os procedimentos disciplinados na respectiva relação provisória.

5.7.2 No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio da documentação pendente anexa ao recurso ou complementação desta.

5.8 A inobservância do disposto no subitem 5.2 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas

reservadas aos candidatos com deficiência.

5.8.1 O candidato que não informar que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência no aplicativo de inscrição não terá direito de concorrer a essas vagas. Apenas o envio do parecer não é suficiente para o deferimento da solicitação do candidato.

5.9 DA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL

5.9.1 O candidato com a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência, se não eliminado no concurso, será convocado, antes do resultado final do certame, para se submeter à avaliação biopsicossocial promovida por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do Cebraspe, formada por três profissionais capacitados atuantes nas áreas das deficiências que o candidato possuir, dentre os quais um deverá ser médico, e três profissionais da carreira a que o candidato concorrerá, que analisará a qualificação do candidato como pessoa com deficiência, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146/2015, e suas alterações, dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, do § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012, e da Lei nº 14.126/2021, bem como do Decreto nº 9.508/2018, e suas alterações.

5.9.2 A equipe multiprofissional e interdisciplinar emitirá parecer que observará:

- a) as informações prestadas pelo candidato no ato de inscrição no concurso público;
- b) a natureza das atribuições e das tarefas essenciais ao cargo, do emprego ou da função a desempenhar;
- c) a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;
- d) a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou de outros meios que utilize de forma habitual; e
- e) o resultado da avaliação com base no disposto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais.

5.9.3 Os candidatos deverão comparecer à avaliação biopsicossocial com **uma hora** de antecedência, munidos de documento de identidade **original** e de parecer de equipe multiprofissional e interdisciplinar (original ou cópia autenticada em cartório), emitido no máximo nos 12 meses anteriores à data da avaliação biopsicossocial, que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da CID-10, bem como a provável causa da deficiência, conforme subitem 5.2.1 deste edital e de acordo com o modelo constante do Anexo II deste edital, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.

5.9.4 O parecer médico (original ou cópia autenticada em cartório) será retido pelo Cebraspe por ocasião da realização da avaliação biopsicossocial e não será devolvido em hipótese alguma.

5.9.5 Quando se tratar de deficiência auditiva, o candidato deverá apresentar, além do parecer médico, exame audiométrico – audiometria (original ou cópia autenticada em cartório) realizado no máximo 12 (doze) meses antes da data da avaliação biopsicossocial.

5.9.6 Quando se tratar de deficiência visual, o parecer médico, emitido no máximo nos 12 (doze) meses anteriores à data da avaliação biopsicossocial, deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.

5.9.7 Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que, por ocasião da avaliação biopsicossocial:

- a) não apresentar parecer médico (original ou cópia autenticada em cartório);
- b) apresentar parecer médico emitido em período superior a 12 (doze) meses anteriores à data de realização da avaliação biopsicossocial;
- c) deixar de cumprir as exigências de que tratam os subitens 5.9.5 e 5.9.6 deste edital;
- d) não for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial;
- e) não comparecer à avaliação biopsicossocial;

f) evadir-se do local de realização da avaliação biopsicossocial sem passar por todos os procedimentos da avaliação; ou

g) não apresentar o documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.10 deste edital.

5.9.8 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado provisório na avaliação biopsicossocial deverá observar os procedimentos disciplinados no referido edital de resultado provisório.

5.9.9 As vagas definidas no subitem 5.1 deste edital que não forem providas por falta de candidatos com deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo/área de atuação.

5.9.10 O candidato que não for considerado com deficiência na avaliação biopsicossocial, caso seja aprovado no concurso, figurará somente na lista de classificação geral.

5.9.11 A deficiência e a compatibilidade para as atribuições do cargo serão verificadas no momento de realização da avaliação biopsicossocial, bem como durante o período de contrato de experiência.

5.9.11.1 O candidato com deficiência que, no decorrer do contrato de experiência, apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo terá o seu vínculo funcional extinto, mediante decisão fundamentada.

6 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

6.1 Das vagas destinadas ao cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e da Portaria Normativa SEGES/MP nº 4, de 6 de abril de 2018.

6.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 12.990/2014.

6.1.2 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos que se autodeclararem negros nos cargos/área de atuação com número de vagas igual ou superior a três.

6.1.3 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros e autodeclarar-se negro, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.1.3.1 Até o final do período de inscrição no concurso público, será facultado ao candidato desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas para candidatos negros.

6.1.4 A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade e terá validade somente para este concurso público.

6.1.4.1 A autodeclaração do candidato será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação.

6.1.4.2 A presunção relativa de veracidade de que goza a autodeclaração do candidato prevalecerá em caso de dúvida razoável a respeito de seu fenótipo, motivada no parecer da comissão de heteroidentificação.

6.1.5 As informações prestadas no momento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, na forma do art. 2º da Portaria Normativa SEGES/MP nº 4/2018.

6.2 DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS

6.2.1 Observada a reserva de vagas para os candidatos com deficiência e respeitados os empates na última colocação, serão convocados para o procedimento de heteroidentificação os candidatos que se autodeclararam negros aprovados em todas as fases do concurso.

6.2.1.1 Os candidatos que se autodeclararam negros serão submetidos, imediatamente antes da homologação do resultado final no concurso, ao procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

6.2.2 Será convocada para o procedimento de heteroidentificação, no mínimo, a quantidade de candidatos equivalente a três vezes o número de vagas reservadas às pessoas negras previstas neste edital ou dez candidatos, o que for maior, resguardadas as condições de aprovação estabelecidas neste edital.

6.2.3 Os candidatos habilitados dentro do quantitativo previsto no subitem 6.2.2 deste edital serão convocados para participarem do procedimento de heteroidentificação em edital específico para esta fase.

6.2.4 Considera-se procedimento de heteroidentificação a identificação por terceiros da condição autodeclarada.

6.2.5 Para o procedimento de heteroidentificação, na forma da Portaria Normativa SEGES/MP nº 4, de 6 de abril de 2018, o candidato que se autodeclarou negro **deverá se apresentar**, presencialmente, à comissão de heteroidentificação.

6.2.5.1 A comissão de heteroidentificação será composta por cinco integrantes e seus suplentes, que não terão seus nomes divulgados, e deverá ter seus integrantes distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

6.2.5.2 Os currículos dos integrantes da comissão de heteroidentificação serão disponibilizados no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, no dia de divulgação do edital de convocação para essa fase.

6.2.6 O procedimento de heteroidentificação será filmado pelo Cebraspe e sua gravação será utilizada para fins de registro e avaliação, bem como na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.

6.2.6.1 O candidato que se recusar a realizar a filmagem do procedimento de heteroidentificação será eliminado do concurso público, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

6.2.7 A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato.

6.2.7.1 Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo de realização do procedimento de heteroidentificação.

6.2.7.2 Não serão considerados, para fins do disposto no subitem 6.2.7 deste edital, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

6.2.8 A comissão de heteroidentificação deliberará pela maioria de seus membros, sob forma de parecer motivado.

6.2.8.1 As deliberações da comissão de heteroidentificação terão validade apenas para este concurso.

6.2.8.2 É vedado à comissão de heteroidentificação deliberar na presença dos candidatos.

6.2.8.3 O teor do parecer motivado será de acesso restrito, nos termos do art. 12, § 3º, da Portaria SEGES/MP nº 4/2018.

6.2.9 Será eliminado da lista reservada aos candidatos negros o candidato que:

a) não for considerado negro pela comissão de heteroidentificação, conforme previsto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 12.990/2014, e no art. 11 da Portaria Normativa SEGES/MP nº 4/2018;

b) se recusar a ser filmado ou que não seguir quaisquer orientações da banca;

c) prestar declaração falsa; ou

d) não comparecer ao procedimento de heteroidentificação.

6.2.9.1 A eliminação de candidato por não confirmação da autodeclaração não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o procedimento de heteroidentificação.

6.2.9.2 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento

administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.3 O enquadramento ou não do candidato na condição de pessoa negra não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza.

6.4 Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

6.5 Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

6.6 Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos negros.

6.6.1 Em cada uma das fases do concurso, não serão computados, para efeito de preenchimento do percentual de vagas reservadas a candidatos negros, nos termos da Lei nº 12.990/2014, os candidatos autodeclarados negros classificados ou aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência, sendo que esses candidatos constarão tanto da lista dos aprovados dentro do número de vagas da ampla concorrência como também da lista dos aprovados para as vagas reservadas aos candidatos negros, em todas as fases do concurso.

6.7 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

6.8 Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação geral por cargo/área de atuação.

6.9 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

6.10 O edital de resultado provisório no procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21 e terá a previsão de comissão recursal, que será composta de três integrantes distintos dos membros da comissão de heteroidentificação, nos termos do respectivo edital.

6.10.1 Os currículos dos integrantes da comissão recursal serão disponibilizados no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, durante o prazo de interposição de recurso contra o resultado provisório no procedimento de heteroidentificação.

6.10.2 Em face de decisão que não confirmar a autodeclaração, terá interesse recursal o candidato por ela prejudicado.

6.10.3 Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.

6.10.4 Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

6.11 Demais informações a respeito do procedimento de heteroidentificação constarão de edital específico de convocação para essa fase.

7 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

7.1 TAXA: **R\$ 117,00.**

7.2 Será admitida a inscrição somente via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, solicitada no **período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital.**

7.2.1 O Cebraspe não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem

técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7.2.1.1 O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição.

7.2.2 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio boleto bancário.

7.2.3 O candidato deverá imprimir o boleto bancário, que será disponibilizado na página de acompanhamento do concurso, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, após efetuado o registro pelo banco.

7.2.3.1 O candidato poderá reimprimir o boleto bancário pela página de acompanhamento do concurso.

7.2.4 O boleto bancário pode ser pago em qualquer banco, bem como nas casas lotéricas e nos Correios, obedecidos os critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

7.2.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até **o dia estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

7.2.6 As inscrições efetuadas somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento ou o deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

7.3 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, por meio da página de acompanhamento, após a aceitação da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento. O comprovante de inscrição ficará disponível somente até a data de realização das provas objetivas.

7.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

7.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo/área de atuação a que deseja concorrer. No sistema de inscrição, em cada uma das inscrições, o candidato deverá optar por um cargo/área de atuação ao qual deseja concorrer.

7.4.1.1 Durante o período de inscrição, o candidato poderá, para cada cargo em que estiver inscrito, realizar a alteração da opção de atendimento especial e do sistema de concorrência. Essa alteração substituirá os dados da última inscrição realizada.

7.4.1.2 O candidato poderá se inscrever para mais de um cargo/área de atuação, observados o dia e o turno de realização das provas.

7.4.1.2.1 Ao se inscrever para mais de um cargo, o candidato deverá estar ciente de que, no dia/turno de realização das provas, deverá optar pelo cargo/área de atuação para o qual realizará as provas.

7.4.1.2.1.1 Não haverá devolução de taxa de inscrição, ainda que o candidato se inscreva para mais de um cargo/área de atuação em que haja sobreposição de horário de aplicação das provas.

7.4.1.2.2 Encerrado o período de inscrição, as inscrições realizadas no sistema de inscrição que tenham sido efetivamente pagas ou isentas serão automaticamente efetivadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.

7.4.1.3 No momento da inscrição, o candidato deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste edital, bem como declarar que aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do concurso público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seus nomes, números de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

7.4.2 É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, bem como a solicitada via postal, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

7.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou para outro cargo.

7.4.4 Para efetuar a inscrição, o candidato deverá informar o número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) e enviar, via *upload*, fotografia individual, tirada nos últimos seis meses anteriores à data de publicação deste edital, em que necessariamente apareça a sua cabeça descoberta e os seus ombros.

7.4.4.1 O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição referentes ao procedimento de envio da fotografia.

7.4.4.1.1 O candidato cuja fotografia, por não obedecer às especificações constantes do subitem 7.4.4 deste edital, impeça ou dificulte a sua identificação durante a realização das provas, poderá, a critério do Cebraspe, ser submetido à identificação especial no dia de realização das provas.

7.4.4.1.1.1 O candidato que for submetido à identificação especial poderá ser fotografado no dia de realização das provas.

7.4.4.1.2 O envio da fotografia é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do arquivo a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação e outros fatores que impossibilitem o envio.

7.4.4.1.3 Os candidatos deverão verificar, em *link* específico a ser divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, **no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, se a foto encaminhada obedeceu rigorosamente às instruções contidas no sistema de inscrição e, portanto, foi acatada. Caso não tenha sido reconhecida, o candidato poderá realizar, no período acima mencionado, novo envio de uma foto que atenda às determinações do sistema.

7.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Cebraspe do direito de excluir do concurso público aquele que não preencher a solicitação de forma completa, correta e verdadeira.

7.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Funpresp-Exe.

7.4.7 O comprovante de inscrição ou o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas objetivas e discursivas.

7.4.8 DOS PROCEDIMENTOS PARA O PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

7.4.8.1 Haverá isenção total do valor da taxa de inscrição somente para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, ou pela Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

7.4.8.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob pena de não concessão, a correta indicação, no sistema de inscrição, da possibilidade de isenção que pretenda pleitear, bem como a correta apresentação da respectiva documentação.

7.4.8.2 Para solicitar a isenção de taxa de inscrição, os candidatos amparados na forma do subitem 7.4.8.1 deste edital deverão, **no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, proceder conforme subitem 7.4.8.2.1 deste edital ou enviar, via *upload*, por meio de *link* específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, a imagem legível da documentação de que trata o subitem 7.4.8.2.2 deste edital, conforme o caso em que se enquadra:

7.4.8.2.1 1ª POSSIBILIDADE (CadÚnico, conforme o Decreto Federal nº 6.593/2008 e o Decreto Federal nº 6.135/2007):

a) preenchimento do requerimento disponível no aplicativo de inscrição com a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; e

b) preenchimento eletrônico de declaração de que é membro de família de baixa renda (declaração de hipossuficiência), nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

7.4.8.2.2 2ª POSSIBILIDADE (doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, conforme a Lei nº 13.656/2018):

a) atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

7.4.8.3 A realização do procedimento constante do subitem 7.4.8.2.1 deste edital ou o envio da documentação constante do subitem 7.4.8.2.2 deste edital é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para esse processo, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

7.4.8.3.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

7.4.8.3.2 Não será deferida a solicitação de isenção do candidato que não enviar a imagem legível da documentação constante do subitem 7.4.8.2.2 deste edital.

7.4.8.4 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação constante do subitem 7.4.8.2.2 deste edital. Caso seja solicitada pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

7.4.8.5 A solicitação realizada após o período constante do subitem 7.4.8.2 deste edital será indeferida.

7.4.8.6 Durante o período de que trata o subitem 7.4.8.2 deste edital, o candidato poderá desistir de solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição e optar pela impressão do boleto bancário, por meio da página de acompanhamento, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21.

7.4.8.7 A veracidade das informações prestadas no requerimento de isenção será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou de serem utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso. Aplica-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

7.4.8.7.1 Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o art. 1º estará sujeito a:

a) cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

b) exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

c) declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

7.4.8.8 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e(ou) torná-las inverídicas;

b) fraudar e(ou) falsificar documentação;

c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 7.4.8.2 deste edital.

7.4.8.9 Não será aceita solicitação de isenção de taxa de inscrição via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, ou, ainda, fora do prazo.

7.4.8.10 Cada solicitação de isenção será analisada e julgada pelo Cebraspe.

7.4.8.10.1 O Cebraspe consultará o órgão gestor do CadÚnico para confirmar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

7.4.8.11 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de isenção de taxa foi deferida a partir da **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21.

7.4.8.11.1 O candidato com a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderá, **no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, interpor recurso contra o indeferimento por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

7.4.8.11.2 O Cebraspe não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a interposição de recurso.

7.4.8.11.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

7.4.8.11.4 Recurso cujo teor desrespeite a banca será preliminarmente indeferido.

7.4.8.11.5 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, fora do prazo ou em desacordo com este edital.

7.4.8.11.6 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

7.4.8.11.7 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de isenção de taxa foi deferida, **após a análise dos recursos**, a partir da **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21.

7.4.8.12 O candidato cuja solicitação de isenção for indeferida deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição **até o dia estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, sob pena de ser automaticamente excluído do concurso público.

7.4.9 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

7.4.9.1 **O candidato que necessitar de atendimento especial e(ou) adaptação das provas objetivas e discursiva** deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.7 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a(s) opção(ões) correspondente(s) aos recursos especiais necessários; e

b) enviar, via *upload*, a imagem legível de parecer médico, emitido no máximo 12 (doze) meses antes da data de publicação deste edital. O parecer deve atestar a espécie e o grau ou nível da deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da CID-10, que justifique o atendimento especial solicitado, bem como conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no CRM.

7.4.9.1.1 Caso os recursos especiais de que o candidato necessite para a realização das provas não estejam entre aqueles elencados no sistema eletrônico de inscrição, o candidato deverá assinalar o campo OUTROS dessa lista de opções e, em seguida, proceder de acordo com o subitem 7.4.9.6 deste edital.

7.4.9.1.2 Os recursos especiais solicitados pelo candidato para a realização das provas deverão ser justificados pelo parecer por ele apresentado, ou seja:

a) recursos especiais solicitados que não sejam respaldados pelo parecer serão indeferidos;

b) eventuais recursos que sejam citados no parecer do candidato, mas que não sejam por ele solicitados no sistema eletrônico de inscrição não serão considerados na análise da solicitação de atendimento especial do candidato.

7.4.9.2 **O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional** para a realização das provas objetivas e discursiva deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.7 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de tempo adicional para realização das provas; e

b) enviar, via *upload*, a imagem legível de parecer médico, emitido no máximo 12 (doze) meses antes da data de publicação deste edital, contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no CRM, que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da CID-10, e parecer com justificativa, emitido, no máximo 12 (doze) meses antes da data de publicação deste edital, por equipe multiprofissional ou por profissional especialista no impedimento apresentado pelo candidato, contendo a(s) assinatura(s) e o(s) carimbo(s) do(s) profissional(is) especializado(s) e o número de sua(s) inscrição(ões) no(s) respectivo(s) conselho(s) fiscalizador(es) da(s) profissão(ões), que ateste a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o § 2º do art. 4º do Decreto nº 9.508, de 2018.

7.4.9.2.1 O candidato com atendimento especial de tempo adicional deferido para a realização de suas provas, que não seja considerado deficiente na avaliação biopsicossocial, será eliminado do concurso, por descumprir o subitem 14.2 deste edital.

7.4.9.3 A candidata que for amparada pela Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, e necessitar amamentar criança de até 6 meses de idade durante a realização das provas deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.7 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de amamentar durante a realização das provas;

b) enviar, via *upload*, a imagem legível da certidão de nascimento da criança que comprove que a criança terá até 6 (seis) meses de idade no dia de realização das provas. Caso a criança ainda não tenha nascido, a imagem da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem legível do documento emitido pelo médico obstetra, contendo a sua assinatura e o carimbo com o respectivo número de inscrição no CRM, que ateste a data provável do nascimento.

7.4.9.3.1 A candidata deverá apresentar, no dia de realização das provas, original ou cópia simples da certidão de nascimento da criança para comprovar que a criança tem até seis meses de idade no dia de realização das provas.

7.4.9.3.2 A candidata deverá levar, no dia de realização das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

7.4.9.3.2.1 O Cebraspe não disponibilizará acompanhante para a guarda de criança.

7.4.9.3.2.2 A candidata terá, caso cumpra o disposto nos subitens 7.4.9.3 e 7.4.9.3.1 deste edital, o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até trinta minutos, por filho. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização da prova em igual período, nos termos do parágrafo 2º do art. 4º da Lei nº 13.872/2019.

7.4.9.4 O candidato transexual ou travesti que desejar ser tratado pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das provas deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.7 deste edital, assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à utilização de nome social durante realização das provas, informando o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado.

7.4.9.4.1 As publicações referentes aos candidatos transexuais ou travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

7.4.9.5 O candidato que for amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, e necessitar realizar as provas armado deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.7 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de portar arma durante realização das provas;

b) enviar, via *upload*, a imagem legível do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

7.4.9.5.1 O candidato amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, que não solicitar o atendimento especial conforme descrito no subitem 7.4.9.5 deste edital não poderá portar armas no ambiente de provas, e, caso descumpra o estabelecido neste edital, estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

7.4.9.5.2 Os candidatos que não forem amparados pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, não poderão portar armas no ambiente de provas.

7.4.9.6 **O candidato que**, por motivo de doença ou por limitação física, **necessitar utilizar**, durante a realização das provas, **objetos, dispositivos ou próteses** cujo uso não esteja expressamente previsto neste edital nem relacionado nas opções de recursos especiais necessários elencadas no sistema eletrônico de inscrição, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 7.4.9.7 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao campo OUTROS e, em seguida, descrever, no espaço destinado para esse fim, no sistema eletrônico de inscrição, os recursos especiais necessários para a realização da prova; e

b) enviar, via *upload*, a imagem legível do respectivo laudo médico, contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no CRM, que justifique o atendimento solicitado.

7.4.9.7 A documentação citada nos subitens 7.4.9.1 a 7.4.9.6 deste edital deverá ser enviada de forma legível **no período de inscrição estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, via *upload*, por meio de *link* específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior ou a critério do Cebraspe.

7.4.9.7.1 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

7.4.9.7.2 O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de indisponibilidade/falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este processo, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

7.4.9.7.3 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação a que se refere os subitens 7.4.9.1 a 7.4.9.6 deste edital. Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

7.4.9.8 O candidato que não solicitar atendimento especial no sistema eletrônico de inscrição nem especificar quais os recursos serão necessários para tal atendimento não terá atendimento especial, ainda que faça o envio, via *upload*, da documentação prevista nos subitens 7.4.9.1 a 7.4.9.6 deste edital. Apenas o envio do laudo/parecer/documentação não é suficiente para a obtenção do atendimento especial.

7.4.9.9 No caso de solicitação de atendimento especial que envolva a utilização de recursos tecnológicos, se ocorrer eventual falha desses recursos no dia de aplicação das provas, poderá ser disponibilizado atendimento alternativo, observadas as condições de viabilidade.

7.4.9.10 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.4.9.11 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especial foi deferida a partir da data provável **estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21.

7.4.9.11.1 O candidato com a solicitação de atendimento especial indeferida poderá, no **período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, interpor recurso contra o indeferimento por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

7.4.9.11.2 O Cebraspe não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a interposição de recurso.

7.4.9.11.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

7.4.9.11.4 O recurso não pode conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique seu autor, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

7.4.9.11.5 Recurso cujo teor desrespeite a banca será preliminarmente indeferido.

7.4.9.11.6 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, fora do prazo ou em desacordo este edital.

7.4.9.11.7 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

7.4.9.11.8 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especial foi deferida, **após a análise dos recursos**, a partir **da data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21.

8 DAS FASES DO CONCURSO

8.1 As fases do concurso estão descritas no quadro a seguir:

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Conhecimentos Básicos	50	Eliminatório e
(P ₂) Objetiva	Conhecimentos Específicos	70	
(P ₃) Discursiva	–	–	classificatório
(P ₄) Avaliação de títulos	–	–	Classificatório

8.2 As provas objetivas e a prova discursiva terão a duração de **5 horas** e serão aplicadas **na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, no turno da **tarde**.

8.3 **Na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**, será publicado no *Diário Oficial da União* e divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, edital que informará a disponibilização da consulta aos locais e aos horários de realização das provas.

8.3.1 O candidato deverá, **obrigatoriamente**, acessar o endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21 para verificar seu local de provas, por meio de busca individual, devendo, para tanto, informar os dados solicitados.

8.3.2 O candidato somente poderá realizar as provas no local designado pelo Cebraspe.

8.3.3 Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

8.3.4 O Cebraspe poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem 8.3 deste edital, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por *e-mail*, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o disposto no subitem 8.3 deste edital.

8.4 O edital de resultado final nas provas objetivas e de resultado provisório na prova discursiva será publicado no *Diário Oficial da União*, e divulgado na internet, no endereço eletrônico

http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, na **data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.**

9 DAS PROVAS OBJETIVAS

9.1 As provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, valerão **120,00 pontos** e abrangerão os objetos de avaliação constantes do item 15 deste edital.

9.2 Cada prova objetiva será constituída de itens para julgamento, agrupados por comandos que deverão ser respeitados. O julgamento de cada item será **CERTO** ou **ERRADO**, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere o item. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

9.3 Para que possa obter pontuação no item, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas.

9.4 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por motivo de erro do candidato.

9.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

9.6 O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de modo algum, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do seu processamento eletrônico.

9.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, do seu número de inscrição e do número de seu documento de identidade.

9.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para auxílio no preenchimento/auxílio na leitura. Nesse caso, o candidato será acompanhado pelo aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.

9.9 Serão anuladas as provas objetivas do candidato que não devolver a sua folha de respostas.

9.10 O Cebraspe disponibilizará o *link* de consulta da imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram as provas objetivas, exceto a dos candidatos cujas provas tiverem sido anuladas na forma do subitem 9.9 e dos que tiverem sido eliminados na forma dos subitens 14.22 e 14.24 deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, em até cinco dias úteis a partir da data de divulgação do resultado final nas provas objetivas. A consulta à referida imagem ficará disponível por até 60 (sessenta) dias corridos da data de publicação do resultado final no concurso público.

9.10.1 Após o prazo determinado no subitem 9.10 deste edital, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

9.11 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

9.11.1 As provas objetivas de todos os candidatos serão corrigidas por meio de processamento eletrônico das folhas de respostas.

9.11.2 A nota em cada item das provas objetivas, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: **1,00 ponto**, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das

provas; **1,00 ponto negativo**, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo das provas; **0,00**, caso não haja marcação ou haja marcação dupla (C e E).

9.11.3 A nota em cada prova objetiva será igual à soma das notas obtidas em todos os itens que a compõem.

9.11.4 Será reprovado nas provas objetivas e eliminado do concurso público o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

a) obtiver nota inferior a **10,00 pontos** na prova objetiva de Conhecimentos Básicos P_1 ;

b) obtiver nota inferior a **21,00 pontos** na prova objetiva de Conhecimentos Específicos P_2 ;

c) obtiver nota inferior a **36,00 pontos** no conjunto das provas objetivas.

9.11.4.1 O candidato eliminado na forma do subitem 9.11.4 deste edital não terá classificação alguma no concurso público.

9.11.5 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 9.11.4 deste edital serão ordenados por cargo/área de atuação de acordo com os valores decrescentes da nota final nas provas objetivas (N_{FPO}), que será a soma das notas obtidas nas provas objetivas P_1 e P_2 ($N_{FPO} = NP_1 + NP_2$), em que NP_1 corresponde à nota na prova de conhecimentos básicos (P_1) e NP_2 corresponde à nota na prova de conhecimentos específicos (P_2).

9.12 DOS GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES DAS PROVAS OBJETIVAS

9.12.1 Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, a partir das 19 horas **da data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital**.

9.12.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá **do período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital** para fazê-lo, ininterruptamente.

9.12.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, e seguir as instruções ali contidas.

9.12.3.1 O candidato poderá, ainda, no período de que trata o subitem 9.12.2 deste edital, apresentar razões para a manutenção do gabarito, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, e seguir as instruções ali contidas.

9.12.4 Todos os recursos e as razões apresentadas serão analisados, e as justificativas das alterações/anulações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

9.12.5 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.12.6 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique seu autor, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

9.12.7 Se do exame de recursos resultar a anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.12.8 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.12.9 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

9.12.10 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

9.12.11 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

10 DA PROVA DISCURSIVA

10.1 A prova discursiva valerá **30,00 pontos** e consistirá da redação de estudo de caso, de **até 45 linhas**, a respeito de conhecimentos específicos de cada área de atuação.

10.2 A prova discursiva será avaliada e pontuada segundo os critérios estabelecidos no subitem 10.7 deste edital.

10.3 O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta preta fabricada em material transparente**, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto – o qual será gravado em áudio –, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

10.4 O documento de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinado, rubricado ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.

10.5 O documento de texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da prova discursiva.

10.6 O documento de texto definitivo não será substituído por motivo de erro do candidato em seu preenchimento.

10.7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

10.7.1 Com base na lista organizada na forma do subitem 9.11.5 deste edital, serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos aprovados nas provas objetivas e classificados até a posição especificada no quadro a seguir, respeitados os empates na última colocação:

Cargo – Área de Atuação	Candidatos à ampla concorrência	Candidatos que se declararam com deficiência	Candidatos que se autodeclararam negros
Cargo 1: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Administrativa (Logística, Recursos Humanos e Governança)	60ª	4ª	16ª
Cargo 2: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Atuária	30ª	2ª	8ª
Cargo 3: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Auditoria e Controle	75ª	5ª	20ª
Cargo 4: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Comercial	90ª	6ª	24ª
Cargo 5: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Comunicação e Ouvidoria	90ª	6ª	24ª
Cargo 6: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Contábil	30ª	2ª	8ª

Cargo – Área de Atuação	Candidatos à ampla concorrência	Candidatos que se declararam com deficiência	Candidatos que se autodeclararam negros
Cargo 7: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Investimentos	180 ^a	12 ^a	48 ^a
Cargo 8: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Jurídica	45 ^a	3 ^a	12 ^a
Cargo 9: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Previdenciária	105 ^a	7 ^a	28 ^a
Cargo 10: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Tecnologia	90 ^a	6 ^a	24 ^a

10.7.1.1 Caso o número de candidatos que tenham se declarado pessoas com deficiência ou que tenham se autodeclarado negros aprovados na prova objetiva seja inferior aos quantitativos estabelecidos no subitem 10.7.1 deste edital, serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos da ampla concorrência posicionados na prova objetiva até o limite de correções estabelecido no referido subitem, respeitados os empates na última colocação.

10.7.2 O candidato cuja prova discursiva não for corrigida na forma do subitem 10.7.1.1 deste edital estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

10.7.3 O edital de resultado final nas provas objetivas e de resultado provisório na prova discursiva listarão apenas os candidatos cuja prova discursiva for corrigida, conforme subitens 10.7.1 e 10.7.1.1 deste edital.

10.7.4 A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema), a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, um estudo, primando pela coerência e pela coesão.

10.7.4.1 A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

10.7.4.1.1 A avaliação de conteúdo será feita por pelo menos dois examinadores. A nota de conteúdo do candidato será obtida pela média aritmética de duas notas convergentes atribuídas por examinadores distintos.

10.7.4.1.2 Duas notas de conteúdo da prova discursiva serão consideradas convergentes se diferirem entre si em até 25% da nota máxima de conteúdo possível na prova discursiva.

10.7.5 A prova discursiva será avaliada conforme os critérios a seguir:

- a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (*NC*), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de **30,00 pontos**;
- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (*NE*) do candidato, considerando-se aspectos tais como: grafia, morfossintaxe, pontuação e propriedade vocabular;
- c) será computado o número total de linhas (*TL*) efetivamente escritas pelo candidato;
- d) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida no subitem 10.1 deste edital;
- e) será calculada, então, para cada candidato, a nota na prova discursiva (*NPD₃*), usando-se a seguinte fórmula: $NPD_3 = NC - (6 \times NE \div TL)$;

f) se $NPD_3 < 0$, então $NPD_3 = 0$.

10.7.6 Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.

10.7.7 Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver **$NPD_3 \geq 15,00$ pontos**.

10.7.7.1 O candidato que não se enquadrar no subitem 10.7.7 deste edital não terá classificação alguma no concurso.

10.7.8 Será anulada a prova discursiva do candidato que não devolver o documento de texto definitivo.

10.7.9 O candidato que se enquadrar no subitem 10.7.8 deste edital não terá classificação alguma no concurso.

10.8 DOS RECURSOS CONTRA O PADRÃO PRELIMINAR DE RESPOSTA E CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NA PROVA DISCURSIVA

10.8.1 O padrão preliminar de resposta da prova discursiva será divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, a partir das 19 horas da data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

10.8.2 O candidato que desejar interpor recursos contra o padrão preliminar de resposta da prova discursiva disporá do período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital para fazê-lo, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, e seguir as instruções ali contidas.

10.8.3 Se houver alteração, por força de impugnação, do padrão preliminar de resposta da prova discursiva, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

10.8.4 Após o julgamento dos recursos interpostos contra o padrão preliminar de resposta da prova discursiva, será definido o padrão definitivo e divulgado o resultado provisório na prova discursiva.

10.8.5 No recurso contra o resultado provisório na prova discursiva, é vedado ao candidato novamente impugnar em tese o padrão de resposta, estando limitado à correção de sua resposta de acordo com o padrão definitivo.

10.8.6 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na prova discursiva deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

11 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

11.1 Serão convocados para a avaliação de títulos os candidatos aprovados na prova discursiva.

11.1.2 Os candidatos não convocados para a avaliação de títulos serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

11.2 A avaliação de títulos valerá **10,00 pontos**, ainda que a soma dos valores dos títulos enviados seja superior a esse valor.

11.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data de envio, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR DE CADA TÍTULO	VALOR MÁXIMO DOS TÍTULOS
A	Diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) na área de atuação a que concorre. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar.	2,40	2,40

B	Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) na área de atuação a que concorre. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de Mestrado, desde que acompanhado de histórico escolar.	1,20	1,20
C	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h/a na área de atuação a que concorre. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar.	0,60	1,20
D	Exercício de atividade autônoma e(ou) profissional de nível superior na Administração Pública ou na iniciativa privada, em empregos/cargos/funções na área de atuação a que concorre.	0,65 p/ano completo, sem sobreposição de tempo	5,20
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			10,00

11.4 Receberá nota zero o candidato que não enviar a imagem legível dos títulos na forma, no prazo e no horário estipulados no edital de convocação para a avaliação de títulos.

11.5 Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via correio eletrônico e(ou) via requerimento administrativo.

11.6 É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob pena de não pontuação, a correta indicação, no sistema de *upload* da documentação da avaliação de títulos, da alínea a que se refere cada conjunto de imagens submetidas.

11.6.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

11.6.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato conferir se as imagens incluídas dizem respeito a cada alínea indicada no sistema de *upload*. As imagens que não forem condizentes com a alínea indicada serão desconsideradas para fins de análise.

11.6.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, bem como os que não forem submetidos da forma estabelecida no sistema de *upload*.

11.7 O envio da documentação constante do subitem 11.11 deste edital é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este processo, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

11.8 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação constante do subitem 11.11 deste edital.

11.8.1 Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

11.9 A veracidade das informações prestadas no envio da imagem dos títulos será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso. Aplica-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/1979.

11.10 Será de inteira responsabilidade do candidato o envio das imagens legíveis dos títulos no período e na forma previstos neste edital e no edital de convocação para essa fase.

11.11 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DOS TÍTULOS

11.11.1 Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado ou de mestrado, será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de curso de doutorado ou mestrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, desde que acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as áreas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da tese ou da dissertação. Caso o histórico ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração não será aceito(a).

11.11.1.1 Para curso de doutorado ou de mestrado concluído no exterior, será aceito apenas o diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior no Brasil e traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado, nos termos do subitem 11.12 deste edital.

11.11.1.2 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina não serão aceitos como os títulos referentes ao mestrado e ao doutorado.

11.11.2 Para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de especialização, será aceito certificado atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). Também será aceita declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização acompanhada do respectivo histórico escolar no qual conste a carga horária do curso e as disciplinas cursadas com as respectivas menções, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE ou está de acordo com as normas do extinto CFE.

11.11.2.1 Caso o certificado não ateste que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996 do CNE ou está de acordo com as normas do extinto CFE, deverá ser anexada uma declaração do responsável pela organização e realização do curso atestando que este atendeu a uma das normas estipuladas no subitem 11.11.2 deste edital.

11.11.3 Para receber a pontuação relativa ao exercício de atividade profissional descrita na **alínea D**, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

a) **para exercício de atividade em empresa/instituição privada:** será necessário o envio da imagem legível de três documentos: 1 – **diploma do curso de graduação conforme a área de atuação a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 11.11.3.2.1** deste edital; 2 – **cópia da carteira de trabalho e previdência Social (CTPS)**, contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; e 3 – **declaração do empregador** com o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego;

b) **para exercício de atividade/instituição pública:** será necessário o envio da imagem legível de dois documentos: 1 – **diploma do curso de graduação conforme a área de atuação a que concorre a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 11.11.3.2.1** deste edital; 2 – **declaração/certidão de tempo de serviço**, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas;

c) **para exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho:** será necessário o envio da imagem legível de três documentos: 1 – **diploma de graduação conforme a área de atuação a que concorre, a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 11.11.3.2.1** deste edital; 2 – **contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes**, ou seja, o candidato

e o contratante; e 3 – **declaração do contratante** que informe o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;

d) **para exercício de atividade/serviço prestado como autônomo**: será necessário envio da imagem legível de três documentos: 1 – **diploma de graduação conforme a área de atuação a que concorre, a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 11.11.3.2.1** deste edital; 2 – **recibo de pagamento autônomo (RPA)**, sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo; e 3 – **declaração do contratante/beneficiário** que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;

11.11.3.1 A declaração/certidão mencionada na letra “b” do subitem 11.11.3 deste edital deverá ser emitida por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

11.11.3.1.1 Quando o órgão de pessoal possuir outro nome correspondente, por exemplo, Controle de Divisão de Pessoas (CDP), a declaração deverá conter o nome do órgão por extenso, não sendo aceitas abreviaturas.

11.11.3.2 Para efeito de pontuação referente à experiência profissional, não serão consideradas fração de ano nem sobreposição de tempo.

11.11.3.2.1 Para efeito de pontuação de experiência profissional, somente será considerada a experiência após a conclusão do curso superior.

11.11.3.2.1.1 Não serão considerados o tempo de estágio curricular, de monitoria, de bolsa de estudo ou de prestação de serviço como voluntário.

11.12 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

11.13 Cada título será considerado uma única vez.

11.14 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos, bem como os que excederem o limite de pontos estipulados no subitem 11.2 deste edital serão desconsiderados.

11.15 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação de títulos deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

11.15.1 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

12 DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

12.1 A nota final no concurso (*NFC*) será o somatório da nota final nas provas objetivas (*NFPO*), da nota final na prova discursiva (*NPD₃*) e da nota final na avaliação de títulos (*NFAT*), conforme fórmula a seguir: $NFC = NFPO + NPD_3 + NFAT$.

12.2 Após o cálculo da nota final no concurso e aplicados os critérios de desempate constantes do item 13 deste edital, os candidatos serão listados em ordem de classificação por cargo/área de atuação, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso.

12.3 O candidato que for considerado pessoa com deficiência, após a avaliação biopsicossocial, terá seu nome e a respectiva pontuação publicados em lista específica de classificação geral por cargo/área de atuação.

12.4 Os nomes dos candidatos que, no ato da inscrição, se declararem aptos a concorrer às vagas reservadas na forma da Lei nº 12.990/2014, se não eliminados no concurso, serão publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral por cargo/área de atuação.

12.5 Todos os resultados citados neste edital serão expressos até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1 Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- b) obtiver a maior nota na prova objetiva de Conhecimentos Específicos P_2 ;
- c) obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de Conhecimentos Específicos P_2 ;
- d) obtiver maior nota da prova discursiva (P_3);
- e) obtiver a maior nota na prova objetiva de Conhecimentos Básicos P_1 ;
- f) tiver maior idade; e
- g) tiver exercido a função de jurado (conforme o art. 440 do Código de Processo Penal).

13.2 Os candidatos que seguirem empatados até a aplicação da alínea “f” do subitem 13.1 deste edital serão convocados, antes do resultado final no concurso, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.

13.2.1 Para os candidatos convocados para apresentação da certidão de nascimento que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento, será considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.

13.3 Os candidatos a que se refere a alínea “g” do subitem 13.1 deste edital serão convocados, antes do resultado final do concurso, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função de jurado.

13.3.1 Para fins de comprovação da função citada na alínea “g” no subitem 13.1 deste edital, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, alterado pela Lei nº 11.689/2008.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

14.2 Todos os candidatos concorrerão em igualdade de condições, excetuados os casos específicos previstos na legislação vigente para o atendimento especializado para a realização das provas.

14.3 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público publicados no *Diário Oficial da União* e(ou) divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21.

14.3.1 **Caso ocorram problemas de ordem técnica e(ou) operacional nos links** referentes ao concurso, **causados pelo Cebraspe**, que comprometam as funcionalidades sistêmicas ou gerem a indisponibilidade de serviços, **os prazos de acesso a esses links serão automaticamente prorrogados**, no mínimo, pelo tempo que durar a indisponibilidade ou que ficar comprometida a funcionalidade. A prorrogação poderá ser feita sem alteração das condições deste edital.

14.3.2 As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos editais de resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.

14.4 O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21, ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

14.5 O candidato que desejar relatar ao Cebraspe fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo junto à Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, postando correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou enviando *e-mail* para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

14.6 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 14.3 deste edital.

14.6.1 Não serão fornecidos a terceiros informações e documentos pessoais de candidatos, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

14.7 O candidato poderá protocolar requerimento relativo ao concurso, por meio de correspondência ou *e-mail* instruído com cópia do documento de identidade e do CPF. O requerimento poderá ser feito pessoalmente mediante preenchimento de formulário próprio, à disposição do candidato na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, no horário das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos, ininterruptamente, exceto sábados, domingos e feriados, observado o subitem 14.5 deste edital.

14.8 O candidato que desejar corrigir o nome fornecido durante o processo de inscrição deverá entregar **requerimento de solicitação de alteração de dados cadastrais** das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos (exceto sábados, domingos e feriados), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe – Asa Norte, Brasília/DF, ou enviá-lo, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe – Funpresp-Exe/2021 (Solicitação de alteração de dados cadastrais) – Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou via *e-mail*, para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br, acompanhado de cópia dos documentos que contenham os dados corretos e cópia da sentença homologatória de retificação do registro civil.

14.8.1 O candidato que solicitar a alteração de nome, nos termos do subitem 14.8 deste edital, terá o seu nome atualizado na base de dados do Cebraspe para os eventos com inscrições abertas e para os futuros eventos.

14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para seu início, munido somente de caneta esferográfica de **tinta preta fabricada em material transparente**, do comprovante de inscrição ou do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e do documento de identidade **original**. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha durante a realização das provas.

14.10 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteiras nacionais de habilitação em papel (somente o modelo com foto).

14.10.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação digital (modelo eletrônico) ou qualquer outro documento em formato digital; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos vencidos, documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada ou protocolo do documento de identidade.

14.11 O candidato que, por ocasião da realização das provas, da avaliação biopsicossocial e do procedimento de heteroidentificação para concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros, não apresentar o

documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.10 deste edital, não poderá realizá-los e será automaticamente eliminado do concurso público.

14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar à equipe de aplicação documento (original ou cópia simples) que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data de realização das provas, ocasião em que será submetido à identificação especial, que compreende coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio. O documento de registro da ocorrência será retido pela equipe de aplicação.

14.12.1 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

14.12.2 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, o Cebraspe poderá proceder à coleta de dado biométrico de todos os candidatos no dia de realização das provas.

14.13 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

14.14 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

14.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas.

14.15.1 A inobservância do subitem 14.15 deste edital acarretará a não correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do candidato do concurso público.

14.16 O Cebraspe manterá um marcador de tempo em cada sala de provas para fins de acompanhamento pelos candidatos.

14.17 O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

14.18 O candidato somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de provas no decurso dos **últimos 15 minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.

14.19 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas, salvo o disposto no subitem 7.4.9.3.2.2 deste edital.

14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento ao local de realização das provas, no dia e horário determinados, implicará a eliminação automática do candidato do concurso.

14.21 Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e(ou) legislação.

14.22 Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando:

a) aparelhos eletrônicos, tais como *wearable tech*, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e(ou) similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipods*[®], gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, relógio de qualquer espécie, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e(ou) qualquer transmissor, gravador e(ou) receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens etc.;

b) óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha;

c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;

d) qualquer recipiente ou embalagem, que não seja fabricado com material transparente, tais como garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.).

14.22.1 No ambiente de provas, ou seja, nas dependências físicas em que serão realizadas as provas, não será permitido o uso pelo candidato de quaisquer objetos relacionados no subitem 14.22 deste edital.

14.22.1.1 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas, à exceção dos casos previstos na Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações. O candidato que estiver armado e for amparado pela citada lei deverá solicitar atendimento especial no ato da inscrição, conforme subitem 7.4.9.5 deste edital.

14.22.2 Sob pena de ser eliminado do concurso, antes de entrar na sala de provas, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, **obrigatoriamente desligados**, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionado no subitem 14.22 deste edital.

14.22.2.1 Durante toda a permanência do candidato na sala de provas, o seu telefone celular, assim como qualquer equipamento eletrônico, **deve permanecer obrigatoriamente desligado e acondicionado na embalagem porta-objetos lacrada, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes**. O candidato será eliminado do concurso caso o seu telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico entre em funcionamento, mesmo sem a sua interferência direta, durante a realização das provas.

14.22.2.2 A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora do ambiente de provas.

14.22.3 O Cebraspe recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem 14.22 deste edital no dia de realização das provas.

14.22.4 O Cebraspe não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

14.22.5 O Cebraspe não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos a eles causados.

14.23 No dia de realização das provas, o Cebraspe poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.

14.24 Será automaticamente eliminado do concurso público, em decorrência da anulação de suas provas, o candidato que durante a realização das provas:

- a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
- c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos, tais como os listados no subitem 14.22 deste edital;
- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou a folha de texto definitivo;
- i) descumprir as instruções contidas em editais, no caderno de provas, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter a própria aprovação ou a aprovação de terceiros em qualquer etapa do concurso público;

- l) não permitir a coleta de sua assinatura;
- m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
- n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
- o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma sem o devido deferimento de atendimento especial, conforme previsto no subitem 7.4.9.5 deste edital;
- p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- q) deixar de transcrever ou recusar-se a transcrever, para posterior exame grafológico, a frase contida no material de prova que lhe for entregue;
- r) não permitir a coleta de dado biométrico; ou
- s) descumprir as medidas de proteção em razão da pandemia do novo coronavírus a serem oportunamente divulgadas.

14.25 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, o Cebraspe tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material substitutivo.

14.26 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.27 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato se utilizou de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

14.28 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas constituirá tentativa de fraude e implicará a eliminação do candidato do concurso.

14.29 Serão divulgadas oportunamente as informações a respeito das medidas de proteção que serão adotadas no dia de realização das provas, em razão da pandemia do novo coronavírus.

14.30 O prazo de validade do concurso esgotar-se-á após **dois anos**, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

14.31 O candidato deverá manter atualizados seus dados pessoais e seu endereço perante o Cebraspe enquanto estiver participando do concurso público, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, na forma dos subitens 14.7 ou 14.8 deste edital, conforme o caso, e perante a Funpresp-Exe, após a homologação do resultado final, desde que aprovado. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço.

14.32 As despesas relativas à participação em todas as fases do concurso e à apresentação para os exames da avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e para os exames pré-admissionais correrão às expensas do próprio candidato.

14.33 As alterações de legislação com entrada em vigor até a data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não contempladas nos objetos de avaliação constantes do item 15 deste edital.

14.34 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação, salvo se listadas nos objetos de avaliação constantes do item 15 deste edital.

14.34.1 As jurisprudências pacificadas dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de itens desde que publicadas até 30 (trinta) dias antes da data de realização das provas.

14.35 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

14.36 Os casos omissos serão resolvidos pelo Cebraspe e pela Funpresp-Exe.

15 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

15.1 HABILIDADES

15.1.1 Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, com o intuito de valorizar a capacidade de raciocínio.

15.1.2 Cada item das provas poderá contemplar mais de um objeto de avaliação.

15.2 CONHECIMENTOS

15.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir:

15.2.1.1 CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.

ÉTICA E CONDUTA PÚBLICA: 1 Ética e moral. 2 Ética: princípios e valores. 3 Ética e função pública. 4 Código de Ética e Conduta da Funpresp-Exe.

ATUALIDADES: 1 Tópicos atuais no Brasil e no mundo relativos a economia, política, saúde, sociedade, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, educação, energia, ciência e tecnologia.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (INCLUSIVE PARA A ÁREA DE TI): 1 Noções de Word, Excel, PowerPoint, Outlook e Teams. 2 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 3 Segurança da informação. 3.1 Procedimentos de segurança. 3.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: 1 Regimes de previdência. 1.1 Regime Geral de Previdência Social. 1.2 Regimes próprios de previdência social. 1.3 Regime de previdência complementar. 2 Previdência complementar no Brasil. 2.1 Regramento constitucional. 2.2 Planos de benefícios previdenciários: regulamentos. 2.3 Lei nº 11.053/2004 (Regime de tributação). 3 Organização do sistema de previdência complementar. 3.1 Órgãos reguladores (CNPQ), fiscalizador (PREVIC) e supervisor (SPC/MPS). A ação do Estado. 3.2 Entidades fechadas de previdência complementar: classificação, composição, atribuições. 4 Lei Complementar nº 109/2001 (Regime de Previdência Complementar). 5 Lei Complementar nº 108/2001 (relação entre entes públicos e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar). 6 Lei nº 12.154/2009 (criou a PREVIC). 7 Decreto nº 4.942/2003 (processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar). 8 Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar. 8.1 MPS/CGPC nº 13/2004. 8.2 MPS/CGPC nº 8/2004 e suas alterações. 9 Emenda Constitucional nº 103/2019.

NOÇÕES SOBRE A FUNPRESP: 1 Lei nº 12.618/2012. 2 Decreto nº 7.708/2012. 3 Regimento Interno da Funpresp-Exe. 4 Estatuto da Funpresp-Exe. 5 Planos de benefícios da FUNPRESP-EXE: Exec-Prev e Legis-Prev.

RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO: 1 Raciocínio analítico e argumentação. 1.1 O uso do senso crítico na argumentação. 1.2 Tipos de argumentos: argumentos falaciosos e apelativos. 1.3 Comunicação eficiente de argumentos. 2 Noções de lógica. 3 Diagramas lógicos: conjuntos e elementos. 4 Lógica da argumentação. 5 Tipos de raciocínio. 6 Conectivos lógicos. 7 Proposições lógicas simples e compostas. 8 Elementos de teoria dos conjuntos, análise combinatória e probabilidade. 9 Raciocínio lógico envolvendo problemas com frações, conjuntos, porcentagens e sequências com números, figuras, palavras.

15.2.1.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 1: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ADMINISTRATIVA (LOGÍSTICA, RECURSOS HUMANOS E GOVERNANÇA)

LOGÍSTICA: 1 Licitações e contratos administrativos. 1.1 Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.666/1993, e suas alterações. 1.2 Modalidades de licitação, dispensa e inexigibilidade. 1.3 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 1.4 Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços). 1.5 Lei nº 12.462/2011 (regime diferenciado de contratações públicas). 1.6 Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e suas alterações. 1.7 Instrução Normativa do STN nº 1/1997 (convênios e instrumentos congêneres).

RECURSOS HUMANOS: 1 Gestão de pessoas. 1.1 Equilíbrio organizacional. 1.2 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. 1.3 Recrutamento e seleção de pessoas. 1.4 Capacitação de pessoas. 1.5 Gestão de desempenho. 1.6 Estratégias de Remuneração. 2 Atualidades em RH. 2.1 *Business partner*. 2.2 *Design thinking*. 2.3 RH Ágil. 2.4 *Employer branding*. 2.5 *People analytics*. 3 Decreto nº 5452/1943, Decreto nº 9580/2018, Lei nº 8.212/1991, Lei nº 8.213/1991, Decreto nº 8.373/2014, Lei nº 8.036/1990, Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 9.144/2017, Portaria nº 357/2019.

GOVERNANÇA: 1 Histórico da governança corporativa (primórdios e grandes marcos no mundo). 2 Governança corporativa: conceitos fundamentais. 3 Teorias de governança corporativa. 3.1 Teoria da Agência. 3.2 Teoria dos *Stakeholders*. 3.3 Teoria da Custódia. 3.4 Teoria da Dependência de Recursos. 3.5 Teoria da Firma 3.5.1 Custos de Transição. 4 Abordagem comportamental na governança. 5 Principais órgãos da governança corporativa: assembleias, conselhos de administração, comitês técnicos e de assessoramento, conselho fiscal, diretoria executiva, secretaria de governança. 6 Áreas de controle e a governança. Riscos e *compliance*. 7 Governança dos fundos de pensão no Brasil e no mundo.

CARGO 2: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ATUÁRIA

ATUÁRIA APLICADA À PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: Rendas financeiras e rendas atuariais; funções de sobrevivência e tábua de mortalidade, função de sobrevivência, tempo de vida futuro de um recém-nascido, tempo até a morte de uma pessoa de idade conhecida, força de mortalidade, tábua de mortalidade, relação entre a tábua de mortalidade e função de sobrevivência, esperança de vida, leis de mortalidade, métodos para fracionar idades, tábuas selecionadas; anuidades: discreta, contínua e variável; cálculo de prêmio único, fracionado, puro e comercial; planos pagáveis por sobrevivência, morte e invalidez; cálculos das provisões – métodos prospectivo, retrospectivo e recorrência; funções de múltiplas vidas – *status* da vida conjunta, *status* do último sobrevivente, funções de contingência e anuidades reversíveis; múltiplos decrementos; tábuas com decrementos secundários; regimes financeiros – repartição simples, repartição de capitais de cobertura e capitalização; riscos atuariais: riscos biométricos e riscos econômicos; escolha das tábuas biométricas. Testes de adequação; *improvement* (agravamento); taxa de contribuição; métodos de custo atuarial individual e coletivo; plano de benefício definido e contribuição variável; premissas atuariais; testes de aderência; avaliação atuarial; auditoria atuarial.

MATEMÁTICA ATUARIAL: Matemática financeira, juros simples e compostos: capitalização e desconto, taxas de juros: nominal, efetiva, equivalente e real, sistemas de amortização, cálculo do valor presente de um fluxo; matemática atuarial, avaliação atuarial, métodos atuariais, premissas e hipóteses atuariais, regimes financeiros: capitalização, repartição simples e repartição de capitais de cobertura, tipos de planos: benefício definido, contribuição definida e contribuição variável, reservas matemáticas: conceito e tipos de reservas, fundo administrativo e fundos previdenciais, apuração de resultado: déficit e superávit, custos atuariais: custo normal e suplementar, ativo líquido do plano: conceito e composição, demonstração atuarial (DA), nota técnica atuarial (NTA), base de dados: critérios para aceitação e periodicidade, aderência das premissas e hipóteses, fluxo de caixa atuarial, saldamento de planos, migração entre planos.

CARGO 3: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: AUDITORIA E CONTROLE

AUDITORIA E CONTROLE: Conceitos básicos de governança corporativa. Gestão de processos, conceitos da abordagem por processos, técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. Conceitos básicos de controles internos — objetivos, estrutura e forças que afetam os controles internos. Processo de controles internos — ambiente de controle, avaliação e gerenciamento dos riscos, atividades de controle, informação e comunicação, monitoramento. Associação com os objetivos estratégicos e perfil dos riscos. Riscos externos e internos. Riscos de mercado, riscos de crédito, risco de liquidez, risco atuarial, riscos de sistema, riscos operacionais, risco de imagem, risco de governança e risco legal. Controles internos aplicados à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

CARGO 4: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: COMERCIAL

COMERCIAL: Novos negócios. Captação e manutenção de clientes. Ambiente de negócios e negociação; ética e sustentabilidade; processos criativos e gestão da inovação; evolução da gestão de *marketing*; análise SWOT; liderança e gestão de equipes; modelos de análises estatísticas: modelos probabilísticos discretos, modelos probabilístico contínuos; comunicação aplicada a vendas; técnicas de apresentação em vendas; estratégias e planejamento da negociação; estratégias de gestão de vendas; integração entre *marketing* e vendas; negociação persuasiva; negociação consultiva; estrutura e formação da equipe de vendas; modelos de remuneração e planos de incentivos; indicadores de performance; planejamento de vendas: CAC, *ticket* médio, taxa de conversão, *churn rate*; CRM e sistema de inteligência de clientes; dado, informação, conhecimento e inteligência; dados estruturados e não estruturados; dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados. Noções de mineração de dados: conceituação e características. Classificação. Regras de associação. Análise de agrupamentos (clusterização). Noções de administração de dados e de banco de dados. Conceitos, fundamentos, características, técnicas e métodos de *business intelligence* (BI). Sistemas de suporte a decisão e gestão de conteúdo. Modelos de segmentação de mercados e clientes; *marketing* digital e o impacto em vendas; *customer success*; *key account management*: conceitos, competências e organização; conhecimentos de técnicas e de gestão no atendimento ao cliente.

CARGO 5: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: COMUNICAÇÃO E OUVIDORIA

COMUNICAÇÃO E OUVIDORIA: Técnicas de relações públicas. Comunicação dirigida. Públicos de uma instituição. Assessoria de imprensa. *Release*, *presskit* e organização de entrevistas coletivas. Notas oficiais. *Clipping*. *Marketing* institucional. Pesquisas de opinião e de mercado: pesquisas qualitativas e quantitativas, amostragem, questionários, grupos de discussão, grupos focais. Responsabilidade social, consumo sustentável e relações com a comunidade. Planejamento de comunicação organizacional. Interfaces entre as relações públicas e a administração da empresa. Relações públicas e recursos humanos. Instrumentos de comunicação interna. Comunicação digital. Relações com consumidores. Serviços de atendimento ao consumidor. Comunicação pública. Imagem institucional. Organização de eventos. Lei nº 12.527/2011; Lei nº 13.460/2017; Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos; Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC); mediação de conflitos; imagem institucional.

CARGO 6: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: CONTÁBIL

CONTABILIDADE GERAL: Estrutura conceitual básica da contabilidade, plano de contas, lançamentos, apuração de resultados, estrutura das demonstrações contábeis. Princípios, convenções contábeis e características qualitativas de informações financeiras úteis: princípios fundamentais; princípios da entidade, da continuidade, do custo como base de valor, da competência de exercícios, da realização da receita e do denominador comum monetário; convenções contábeis; objetividade; conservadorismo; materialidade; consistência. Análise do conteúdo e significado dos relatórios contábeis típicos da contabilidade: balanço

patrimonial; demonstraco do resultado do exerccio; demonstraco de lucros ou prejuzos acumulados; demonstraco das mutaoes do patrimnio lquido; demonstraco dos fluxos de caixa; demonstraco do valor adicionado; notas explicativas s demonstracoes contbeis. Principais registros de transaoes pelo sistema contbil. Patrimnio lquido: capital; reservas de lucros; reservas de capital; ajustes de avaliao patrimonial; aoes em tesouraria. Reavaliao de ativos: procedimentos e efeitos no resultado. Consolidao de demonstracoes financeiras. Informao contbil de grupos econmicos: mtodo de equivalncia patrimonial; mtodo de consolidao de balanos. Transaoes com partes relacionadas: divulgao. Aspectos contbeis relacionados  reorganizao societria: incorporao, ciso e fuso. Provisoes, passivos, contingncias passivas e contingncias ativas. Contabilizao de folha de pagamento. Conceitos e regras de contabilidade aplicada  previdncia complementar. Modalidades de planos de benefcios de carter previdencirio: benefcio definido (BD), contribuoo definida (CD) e contribuoo varivel (CD). Plano de Gesto Administrativa (PGA) – definioes, fontes de custeio, critrios, limites para cobertura das despesas administrativas. Planificao contbil, estrutura sinttica, estrutura analtica. Diferenas entre o plano de contas de entidades comerciais e/ou industriais e EFPC e a composioo do grupo patrimnio social (Resoluoo CNPC no 29/2018 e suas alteraoes). Apuraoo do resultado da gesto previdencial. Apuraoo do resultado da gesto administrativa, apuraoo do fluxo de investimentos. Constituioo de reservas matemticas e fundos previdenciais e administrativos. Demonstraoes contbeis (Instruoo PREVIC no 31/2020): balano patrimonial, demonstraoo da mutaoo do patrimnio social (DMPS), demonstraoo do ativo lquido (DAL), demonstraoo das mutaoes do ativo lquido (DMAL), demonstraoo do plano de gesto administrativa (DPGA), demonstraoo das provisoes tcnicas do plano de benefcios (DPT). Regras atinentes ao registro contbil dos investimentos. Legislaoo especfica aplicada. Regras especficas de registro contbil relativo s contribuoes de planos estruturados nas modalidades de contribuoo definida (Resoluoo CNPC no 29/2018). Opoo pela EFPC em elaborar da demonstraoo do plano de gesto administrativa (DPGA) por plano de benefcios (Resoluoo CNPC no 29/2018). Prazo mximo para registro contbil do produto da reavaliaoo dos investimentos imobilirios (Resoluoo CNPC no 29/2018 e Instruoo PREVIC no 31/2020). Regras especficas para constituioo de provisoo para cobertura de eventuais perdas de direitos creditrios e de investimentos (Resoluoo CNPC no 29/2018 e Instruoo PREVIC no 31/2020). Registro contbil de processo sucessrio (incorporaoo, fusoo, cisoo e transferncia de gerenciamento). Regras atinentes ao registro de gastos com prospecoo de novos planos de previdncia e intangvel no geral (Resoluoo CNPC no 29/2018 e Instruoo PREVIC no 31/2020). Regras de fundo administrativo mnimo a ser mantido pela EFPC. Critrios e limites para custeio das despesas administrativas (Resoluoo CGPC no 29/2009). Categorias de classificaoo dos ttulos e valores mobilirios (negociaoo e mantidos ato vencimento), regras e procedimentos a serem adotados pela EFPC. Despesas diretas dos investimentos contabilizadas no resultado dos investimentos (Instruoo PREVIC no 31/2020). Registro contbil de dvida de patrocinador (Instruoo PREVIC no 31/2020). Mensuraoo e reconhecimento contbil das provisoes contingnciais e depsitos judiciais (Instruoo PREVIC no 31/2020). Ajustes de consolidaoo (Instruoo PREVIC no 31/2020). Informaoes mnimas que devem constar nas notas explicativas s demonstracoes contbeis (Instruoo PREVIC no 31/2020). Clculo da TAFIC (Lei no 12.154/2009). Clculo do PIS/COFINS (Instruoo Normativa RFB no 1911/2019). Institutos em EFPC benefcio proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocnio (Resoluoo CGPC no 6/2003).

CARGO 7: ANALISTA DE PREVIDNCIA COMPLEMENTAR – REA DE ATUAOO: INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS: Microeconomia; macroeconomia; estatstica; econometria; matemtica financeira (valor presente, valor futuro, sistemas de amortizaoo, etc.); finanas (risco e retorno, teoria de carteiras, modelo de precificaoo CAPM, *valuation* etc.); mercado financeiro (estrutura e funcionamento); Conhecimento da legislaoo referente  entidades fechadas de previdncia complementar e as derivadas dessas (Resoluoo CMN no 4661/2018, Instruoo CVM no 539, Instruoo CVM no 558, Instruoo CVM no 592, Instruoo CVM

nº 555, Instrução PREVIC nº 35/2020) e gerenciamento de riscos (mercado, crédito, liquidez), previdência complementar aberta (EAPC), programação, pacotes estatísticos (R e E-views). Economia comportamental; planejamento tributário; planejamento sucessório.

CARGO 8: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: JURÍDICA

DIREITO, LEGISLAÇÃO E NORMAS: Direito administrativo. Direito civil. Direito constitucional. Direito processual civil. Direito do trabalho. Direito processual do trabalho. Direito previdenciário. Direito tributário. Lei Complementar nº 108/2001; Lei Complementar nº 109/2001; Lei nº 12.618/2012; Lei nº 9.784/1999; Projeto de Lei nº 6.088/2016; Emenda Constitucional nº 20/1998; Emenda Constitucional nº 41/2003; Emenda Constitucional nº 103/2019; Decreto nº 7.808/2012; Decreto nº 4.942/2003; Resolução CMN nº 4.661/2018.

CARGO 9: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: PREVIDENCIÁRIA

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: Regime de previdência, previdência complementar no Brasil, organização do sistema de previdência complementar, planos de benefícios, Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001, Decreto nº 7.808/2012, Lei nº 12.618/2012, Lei nº 12.154/2009, Regimento Interno da Funpresp-Exe, Estatuto da Funpresp-Exe, Decreto nº 4.942/2003, Lei nº 13.183/2015 e Emenda Constitucional nº 103/2019.

CARGO 10: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: TECNOLOGIA

TECNOLOGIA: 1 Gerência de projetos. 1.1 Conceitos básicos. 1.2 Processos do PMBOK. 1.3 Gerenciamento da integração, do escopo, do tempo, de custos, de recursos humanos, de riscos, das comunicações, da qualidade e de aquisições. 2 Segurança da informação. 2.1 Conceitos básicos. 2.2 Políticas de segurança. 2.3 Classificação de informações. 2.4 Análise de vulnerabilidade. 2.5 Plano de continuidade de negócio. 2.6 Normas ISO 17799 e ISO 27001. 2.7 Auditoria e conformidade. 3 Governança e gestão de TI. 3.1 Fundamentos do ITIL®. 3.2 ITIL® – suporte a serviços. 3.3 ITIL® – entrega de serviços. 3.4 fundamentos de COBIT (versão 5). 3.5 Governança digital. 4 Gestão de relacionamento. 4.1 Gestão de relacionamento com clientes (CRM). 4.2 Elaboração de plano de negócio. 4.3 Noções de *marketing* de serviço. 4.4 Noções de comunicação institucional e interna. 5 Engenharia de requisitos. 5.1 Conceitos básicos. 5.2 Técnicas de licitação de requisitos. 5.3 Gerenciamento de requisitos. 5.4 Especificação de requisitos. 5.5 Técnicas de validação de requisitos. 5.6 Prototipação. 6 Engenharia de *software*. 6.1 Desenvolvimento ágil de *software*. 6.2 SCRUM, Kanban e outras técnicas/metodologias. 6.3 Métricas e estimativas de *software*. 6.4 Análise por pontos de função. 6.5 Qualidade de *software*. 7 Arquitetura e tecnologias de sistemas de informação. 7.1 Conceitos básicos. 7.2 Arquitetura orientada a serviço. 7.3 Arquitetura distribuída. 7.4 Sistemas colaborativos. 7.5 Gestão de conteúdo. 7.6 Especificação de *web services*. 7.7 Computação em GRID, conceitos de computação em *cluster*, conceitos de computação em nuvem. 7.8 Conceitos de aplicação em dispositivos móveis. 8 Gestão de processos de negócio. 8.1 Modelagem de processos com BPMN. 8.2 Técnicas de análise de processos. 8.3 Melhoria de processos. 8.4 Integração de processos. 9 Gestão estratégica. 9.1 Noções e metodologias de planejamento estratégico. 9.2 *Balanced scorecard* (BSC). 9.3 Planejamento estratégico situacional (PES), Matriz SWOT. 9.4 Análise de cenários. 9.5 Metodologias para medição de desempenho. 9.6 Indicadores de desempenho: conceito, formulação e análise. 10 Banco de dados. 10.1 Conceitos básicos. 10.2 Abordagem relacional. 10.3 Modelo entidade-relacionamento. 10.4 Normalização. 10.5 Sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD). 11 Contratações de TI na administração pública federal.

RICARDO PENA PINHEIRO

Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público
Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

ANEXO I
CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Datas previstas
Período de inscrições e período de solicitação de inscrição com isenção de taxa de inscrição	27/10/2021 a 19/11/2021 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Disponibilização do <i>link</i> para verificação de deferimento da foto encaminhada na inscrição e prazo para novo envio de foto que atenda às determinações do sistema	22 e 23/11/2021 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Consulta à situação provisória da solicitação de isenção de taxa de inscrição	29/11/2021
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da solicitação de isenção de taxa de inscrição	30/11/2021 e 1º/12/2021 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Consulta à situação final da solicitação de isenção de taxa de inscrição	8/12/2021
Último dia para pagamento da taxa de inscrição e data final para o pagamento da taxa de inscrição pelos candidatos que tiveram a solicitação de isenção de taxa de inscrição indeferida	10/12/2021
Consulta à situação provisória da solicitação de atendimento especial, divulgação da relação provisória dos candidatos com a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência e da relação provisória dos candidatos que se autodeclararam negros	21/12/2021
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da solicitação de atendimento especial, contra o indeferimento da inscrição para concorrer como pessoa com deficiência e alteração da condição de concorrência às vagas reservadas aos negros	22 e 23/12/2021 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Consulta à situação final da solicitação de atendimento especial, divulgação da relação final dos candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência e da relação final dos candidatos que se autodeclararam negros	04/1/2022
Divulgação do edital de locais e horário das provas objetivas e discursiva e data prevista para o <i>link</i> de consulta aos locais	18/1/2022
Realização das provas objetiva e discursiva	30/1/2022

Divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas e do padrão preliminar de respostas da prova discursiva	1º/2/2022
Período para a interposição de recursos contra ou a favor do gabarito oficial preliminar das provas objetivas e do padrão de respostas da prova discursiva e para a apresentação de razões para a manutenção do gabarito oficial preliminar.	2 e 3/2/2022 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação dos gabaritos oficiais definitivos e do padrão definitivo de respostas da prova discursiva e do edital de resultado final nas provas objetivas e de resultado provisório na prova discursiva	22/2/2022

* As datas e os períodos estabelecidos no cronograma são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da Funpresp-Exe e do Cebraspe. Caso haja alteração, esta será previamente comunicada por meio de edital.

** As demais datas serão informadas por meio dos editais subsequentes a serem publicados no *Diário Oficial da União* e(ou) divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/funpresp_21.

ANEXO II

MODELO DE PARECER DE EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR PARA SOLICITAÇÃO PARA CONCORRER ÀS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E PARA A AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL

Atestamos para fins de participação em concurso público, que o Senhor(a) _____, portador (a) do documento de identidade nº _____, e considerado(a) pessoa com deficiência à luz da legislação brasileira por apresentar a(s) seguinte(s) condição(ões)

_____ CID-10 _____.

Por oportuno, declaramos que o candidato apresenta os seguintes impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo

_____ ; que devem ser considerados os fatores socioambientais

_____ ; que apresenta as seguintes limitações no desempenho de atividades _____

_____ e as seguintes restrições de participação

_____.

Assinatura e carimbo com CRM do médico

Assinatura e carimbo com registro da profissão do membro de equipe multiprofissional e interdisciplinar

Assinatura e carimbo com registro da profissão do membro de equipe multiprofissional e interdisciplinar

Cidade/UF, ____ de _____ de 20__.